



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARIA KELY CRISTINA DOS SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SERTÃO DA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS
MUNICÍPIOS DE ÁGUA BRANCA E PRINCESA ISABEL (PB)**

CAMPINA GRANDE-PB
2015

MARIA KELY CRISTINA DOS SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SERTÃO DA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS
MUNICÍPIOS DE ÁGUA BRANCA E PRINCESA ISABEL (PB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em convênio com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional

Subárea: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nerize Laurentino Ramos

**CAMPINA GRANDE-PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237r Santos, Maria Kely Cristina dos.
Reflexões sobre a alimentação escolar no sertão da Paraíba [manuscrito] : uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios de Água Branca e Princesa Isabel (PB) / Maria Kely Cristina dos Santos. - 2015.
113 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2015.
"Orientação: Profa. Dra. Nerize Laurentino Ramos, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2. Agricultura Familiar. 3. Desenvolvimento local. I. Título.
21. ed. CDD 371.716

MARIA KELY CRISTINA DOS SANTOS

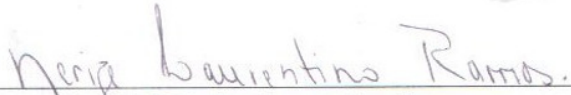
REFLEXÕES SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SERTÃO DA PARAÍBA: UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS
MUNICÍPIOS DE ÁGUA BRANCA E PRINCESA ISABEL (PB)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual
da Paraíba – UEPB, em convênio com a Universidade
Federal de Campina Grande – UFCG, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de mestre.


Área de Concentração: Desenvolvimento Regional
Subárea: Estado, Políticas Públicas e Movimentos
Sociais.

Data de Defesa: 21/10/2014

BANCA EXAMINADORA:



Profª Drª Nerize Laurentino Ramos
Orientadora (UEPB)



Profª Drª Ramonildes Alves Gomes
Examinadora Interna (UEPB)



Profª Drª Cynthia Xavier de Carvalho
Examinadora Externa (UFPE)

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve início nos anos de 1950. A sua trajetória vem sendo marcada por profundas mudanças. Uma delas foi a sua universalização garantida pela Constituição Federal de 1988. Ocorreu também a descentralização da esfera federal para os estados e municípios, os quais passaram a assumir novas responsabilidades referentes à alimentação escolar. É importante ressaltar que a qualidade dos alimentos também passou por mudanças, principalmente, depois que o PNAE assumiu características intersetoriais, o que abriu espaço para a inserção de produtos da agricultura familiar na rotina alimentar das escolas. Um dos marcos do Programa em sintonia com a agricultura familiar deu-se com a aprovação da Lei 11.947/09, e, nela, ficou estabelecida as diretrizes e normas de funcionamento do Programa. Dessa maneira, no mínimo 30% dos recursos que fossem repassados aos Estados e Municípios, pelo Ministério da Educação, seriam destinados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar local e regional. Essa determinação contemplava diretamente os agricultores familiares, os quais passaram a ter um mercado garantido para os seus produtos. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar as transformações, no contexto da produção agrícola, promovidas pelo PNAE nos municípios de Água Branca e Princesa Isabel. A pesquisa classificou-se como exploratório-descritiva com abordagem quantiqualitativa. A coleta dos dados foi dividida em duas etapas: a primeira foi o levantamento de dados para o mapeamento e caracterização dos/as agricultores/as, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas abertas e fechadas; a segunda foi a realização das entrevistas com um roteiro semiestruturado. O público pesquisado foi composto por representantes ligados/as à execução do Programa nas Secretarias de Educação, Agricultura, EMATER, CAE, escola estadual, coordenação do PNAE na 11ª Região de Ensino da Paraíba e os/as agricultores/as cadastrados/as. Diante do que se observou nas análises dos dados de Água Branca-PB e Princesa Isabel-PB, o PNAE, visto a partir de um olhar amplo, não tem possibilidades de promover o desenvolvimento local nesses dois municípios, pois é ínfima a quantidade de agricultores cadastrados no Programa. No entanto, a partir de um olhar focalizado, qual seja, direcionado para as pessoas envolvidas com a entrega dos produtos nas escolas, é possível perceber que o Programa proporcionou algumas mudanças na quantidade, qualidade e diversificação dos seus produtos, além de ter promovido investimento na propriedade e a compra de equipamentos de trabalho.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Agricultura Familiar; Descentralização; Mudanças.

ABSTRACT

The National School Feeding Programme – PNAE, as they call in Brazil – began in the 1950s. Its trajectory has been marked by significant changes, one of them was the universalization guaranteed by the Federal Constitution in 1988. Also, a decentralization of federal government occurred to states and municipalities, which have taken over new responsibilities related to school feeding. Importantly, the quality of food has also undergone changes, especially after the PNAE had taken intersectoral characteristics, which provided the inclusion of family farming products in the school food routine. One of the milestones of the program in line with the family farming gave the adoption of Law 11,947/09, and in it guidelines and rules of operation of the programmers established. Thus, at least 30% of the funds that were transferred to states and municipalities by the Ministry of Education would be spent on purchasing food produced by local/regional family farms. This determination directly contemplated family farmers, who now have a guaranteed market for their products. Given the above-mentioned, the objective of this study was to analyze the changes, in the context of the agricultural production, promoted by PNAE in the counties of Água Branca-PB and Princesa Isabel-PB. The research was classified as descriptive exploratory, with a qualitative and quantitative approach. Data collection was divided into two stages: the first one was the data collection for mapping and characterization of the farmers by using as a research tool a questionnaire with open and closed questions; the other one was the interviews with a semi structured script. The audience was composed of representatives linked to the implementation of the program in the Departments of Education, Agriculture, EMATER, CAE, state school, coordinating PNAE 11th Region Education of Paraíba and the registered farmers. Given what was observed in the data analysis of Água Branca-PB and Princesa Isabel-PB, PNAE, seen from a broad look, it is unable to promote local development in these two cities since there is a tiny amount of farmers enrolled in the program. However, from a focused view directed to those involved with the delivery of products in schools, it is noticeable that the program provided some changes in the quantity, quality and diversification of its products, in addition to promoting investment on the property and the purchase of work equipment.

Keywords: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Family Agriculture; Decentralization; Changes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa geográfico do Estado da Paraíba, com foco no Território Serra do Teixeira-PB.	12
Figura 2	Mapa do Território Serra do Teixeira-PB.	13

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Descrição das propriedades no Município de Água Branca-PB.	30
Quadro 2	Descrição das propriedades no Município de Princesa Isabel-PB.	31
Quadro 3	Demonstrativo do desenvolvimento do PNAE em Água Branca-PB.	34
Quadro 4	Demonstrativo do desenvolvimento do PNAE em Princesa Isabel-PB.	35
Quadro 5	Produtos Fornecidos pelas famílias participantes do PNAE (2012) em Água Branca-PB.	41
Quadro 6	Descrição das Escolas Municipais de Água Branca-PB.	49
Quadro 7	Descrição das Escolas Estaduais de Água Branca-PB.	51
Quadro 8	Descrição das Escolas Municipais de Princesa Isabel-PB.	65
Quadro 9	Descrição das Escolas Estaduais de Princesa Isabel-PB.	68
Quadro 10	Produtos fornecidos pelas famílias participantes do PNAE (2012) em Princesa Isabel-PB.	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Caracterização socioeconômica dos/as Agricultores/as de Água Branca-PB.	39
TABELA 2	Caracterização socioeconômica dos Agricultores de Princesa Isabel-PB.	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAE** - Conselho de Alimentação Escolar
- CMDRS** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNA** – Comissão Nacional de Alimentação
- CNME** – Campanha Nacional de Alimentação Escolar
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- CPF** – Cadastro de Pessoa Física
- DAP** - Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica Rural
- FAE** - Fundação de Assistência ao Estudante
- FNDE**- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FISI** - Fundo Internacional de Ajuda à Infância
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INEP**- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- MDA**- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDE** – Ministério do Desenvolvimento da Educação
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MEC** – Ministério da Educação
- ONG** - Organização Não-Governamental
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PB** – Paraíba
- PDDE** - Programa Dinheiro Direto na Escola
- PGPAF**- Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
- PME** – Programa Mais Educação
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNA** – Programa Nacional de Alimentação
- PNAC** – Programa Nacional de Alimentação de Creches
- PNAI** – Programa de Alimentação Escolar Indígena
- PNAP** – Programa Nacional de Alimentação Pré-Escolar

PNAQ – Programa de Alimentação Escolar Quilombola

PNME – Programa Nacional de Merenda Escolar

PPGDR- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAPS- Serviço de Alimentação da Previdência Social

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	18
1 A TRAJETÓRIA DO PNAE: DO ASSISTENCIALISMO E CENTRALIZAÇÃO AO ATENDIMENTO UNIVERSAL E DESCENTRALIZADO.....	18
1.1 O Programa Nacional de Alimentação Escolar	21
CAPÍTULO II	29
2 A AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁGUA BRANCA (PB) E PRINCESA ISABEL (PB): ANTES E DEPOIS DO PNAE.....	29
CAPÍTULO III	38
3 A EXECUÇÃO DO PNAE EM ÁGUA BRANCA E PRINCESA ISABEL.....	38
3.1 O PNAE em Água Branca (PB)	38
3.2 O PNAE sob a ótica dos/as atores envolvidos com o seu processo de execução em Água Branca	53
3.3 O PNAE em Princesa Isabel (PB);;.....	64
3.4 O PNAE sob a ótica dos/as agricultores familiares de Princesa Isabel-(PB)	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

O governo brasileiro, desde os anos de 1950, vem aprimorando o PNAE que de um formato assistencialista, focalizado e pouco preocupado com as necessidades nutricionais dos escolares, vem assumindo outro desenho normativo e institucional baseado na perspectiva do direito social.

A Constituição de 1988 possibilitou um novo formato institucional e gerencial do Programa, pois a alimentação escolar foi garantida como um direito universal dos escolares. Ocorreu também, após esse período, um processo de descentralização e os municípios, assim como as comunidades, através dos conselhos específicos, passaram a participar diretamente da gestão desse Programa (BELIK; CHAIM, 2009).

Uma grande mudança, que se observou com a descentralização, foi o cuidado com a logística de distribuição e a oferta de uma alimentação mais saudável e economicamente viável por meio da Lei 8.913 de 12 de julho de 1994. Essa Lei permitia a transferência direta de recursos federais para os Municípios e Estados, para que esses executassem seus programas locais com foco na formação de hábitos alimentares mais saudáveis, levando em consideração os hábitos regionais, dinamização da economia e os cultivos agrícolas da localidade. Com essa Lei, houve também, a exigência de uma contrapartida da prefeitura para arcar com os custos indiretos, como: gás de cozinha, transporte, armazenagem, entre outros, e a implantação de um controle social mais efetivo na aplicação dos recursos financeiros. Isso possibilitou a criação, em cada localidade, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) (CARVALHO; CASTRO, 2010).

Segundo Belik e Chaim (2009) uma importante ação do governo brasileiro, agora no século XXI, foi à articulação entre outros setores da sociedade para estarem integrando-se ao processo de aprimoramento do PNAE. Um desses setores foi o da agricultura familiar, o qual em 2009, por meio da Lei 11.947/09, passou a disponibilizar produtos provenientes desse setor para as escolas.

A base legal e a própria intersectorialidade do Programa, que perpassa as áreas da educação, saúde e agricultura familiar, revela características em sua estrutura que merecem estudos e análises sobre o desenvolvimento do mesmo, em sua instância de execução, ou seja, os municípios, que são responsáveis pela conexão entre a alimentação escolar e o

desenvolvimento local, através do estímulo à pequena produção agropecuária (BELIK; CHAIM, 2009).

Logo, este trabalho buscou analisar a seguinte questão: quais são as transformações na produção agrícola promovidas pelo PNAE? A partir das leituras sobre o Programa, observou-se que desde o ano de 2009, o PNAE, além da educação, veio atuando também, sobre a agricultura familiar. Isso foi instigante para a construção do pressuposto de que o PNAE promove mudanças na quantidade, qualidade e na diversificação dos produtos da agricultura familiar.

Tal proposta de trabalho foi motivada pela curiosidade em conhecer melhor os municípios de Água Branca-PB e Princesa Isabel-PB no campo da agricultura familiar. Tal curiosidade foi construída por meio de participação no Fórum da Agricultura Familiar e Integração das Serras, organizado pelas associações e centrais de associações do Território Rural Serra do Teixeira, em 2009.

No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), por meio de leituras em sala de aula sobre o PNAE, foi possível uma compreensão mais aprofundada sobre o Programa, o que também impulsionou a construção do presente trabalho.

Os dois locais estudados estão localizados no Território Rural Serra do Teixeira, no Sertão da Paraíba. Suas principais atividades econômicas são a agropecuária e o comércio local, mas, também, contam com outras fontes de renda provenientes de programas sociais como: Bolsa Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e recursos da Previdência Social.

FIGURA 1 – Mapa geográfico da Paraíba, com foco em Água Branca e Princesa Isabel-PB



Fonte: SIDRA-IBGE, 2014.

FIGURA 2 – Mapa do Território Serra do Teixeira-PB.



Fonte: SIDRA-IBGE, 2014.

O Município de Água Branca-PB, segundo dados do IBGE (2010a) tem uma população de 10. 256 habitantes e uma área correspondente a 220, 648 Km². Possui um total de 1.353 domicílios rurais permanentes. Apesar de ter sido povoada em 1834, a sua independência política só ocorreu em 24 de setembro de 1959. Até essa data, Água Branca pertencia a Princesa Isabel. O clima é semiárido e sua temperatura varia entre 23 e 30 graus. As chuvas são irregulares apresentando média anual de 719,6mm. Seu relevo é acidentado e com muitas serras, predominando uma vegetação composta pela Caatinga.

Em 2010, o município de Água Branca-PB foi contemplado com o Prêmio de melhor administração dos recursos do PNAE, motivo que se constituiu como um dos fatores que motivou este estudo.

No tocante a Princesa Isabel-PB, sua área corresponde a 368 Km² e segundo dados do IBGE (2010b) possui uma população de 21. 283 habitantes. Sua quantidade de domicílios particulares permanentes rurais corresponde a 1746. O clima é semiárido, a vegetação predominante é a Caatinga e possui um índice pluviométrico semelhante ao de Água Branca. A sua emancipação ocorreu em 18 de novembro de 1859. Princesa Isabel é a cidade polo do Território Rural Serra do Teixeira, onde se localiza a 11^a Região de Ensino da Paraíba e

EMATER Regional, além de contar com um histórico político e econômico de influência durante a Revolução de 1930, sobre os outros municípios desse território.

Este estudo é relevante, porque poderá construir novas informações sobre o PNAE no campo da educação e da agricultura familiar em Água Branca e Princesa Isabel, para a academia. Também, poderá subsidiar o CAE na elaboração de estratégias que potencializem ainda mais as suas ações, e a EMATER Regional, que poderá estar avaliando o seu desempenho sobre o Programa a partir do olhar dos/as agricultores/as familiares.

O trabalho apresenta possibilidades de contribuir com a sistematização de informações importantes sobre os dois municípios, para que seus governantes possam reavaliar a forma como o Programa vem sendo desenvolvido e consigam desenvolver ações que contribuam com o melhoramento da vida e do trabalho dos/as agricultores/as familiares. Esses/as últimos/as por sua vez, terão a oportunidade de terem registrado as suas satisfações e insatisfações sobre o Programa e de estarem avaliando a influência do PNAE em suas vidas.

Logo, a partir do problema levantado neste trabalho e de suas possíveis contribuições para a sociedade, o objetivo geral consistiu em analisar as transformações, no contexto da produção agrícola, promovidas pelo PNAE nos municípios de Água Branca e Princesa Isabel.

Os objetivos específicos que foram trilhados consistiram em: Caracterizar os/as agricultores/as familiares que fazem parte do PNAE, quanto ao perfil socioeconômico e sua prática agrícola; identificar as motivações que levaram os/as agricultores/as a participarem do PNAE; verificar a inserção do PNAE no cotidiano dos/as agricultores/as familiares, referente ao aumento e diversificação da produção e ao investimento em equipamentos de trabalho; descrever a percepção dos/as gestores/as da alimentação escolar e dos/as agricultores/as sobre o PNAE.

Para a realização deste estudo, considerou-se como marco temporal de análise e discussão dos dados, o ano de 2012.

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização dessa pesquisa seguiram a orientação de Gil (2002), que descreve a pesquisa como um método de obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, que oferece soluções para os problemas epistemológicos da investigação científica.

Dessa forma, a pesquisa classificou-se como exploratório-descritiva, por permitir conhecer melhor os municípios que foram estudados, as características da execução do PNAE e, de tudo o que foi observado e lido, para a construção do material teórico.

A coleta do material de estudo foi feita por meio de documentos disponíveis em meio eletrônico nos sites do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), MDE (Ministério de Desenvolvimento da Educação), IBGE, entre outros, além de documentos fornecidos pelas Secretarias de Agricultura, Educação, 11ª Região de Ensino-PB e pela EMATER Regional e Municipal.

No tocante à abordagem, ela se constituiu como qualitativa, por preocupar-se em adentrar no universo de pesquisa e compreender as subjetividades dos sujeitos pesquisados

No caso de Água Branca-PB que apresentou um processo diferenciado do Programa, foram entrevistados, além do público citado acima, a presidente do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), a ex-secretária de Educação que atuava na secretaria no período em que o município recebeu o prêmio de melhor gestão dos recursos do PNAE e a diretora da escola estadual que tinha maior número de alunos no município.

Em Princesa Isabel-PB, visto que a compra dos produtos da agricultura familiar só ocorria nas escolas estaduais, optou-se por entrevistar a Coordenadora do PNAE da 11ª Região de Ensino, que tinha um contato frequente com essas escolas no processo de execução do Programa. Não houve entrevista com representantes da Secretaria de Educação ou de Agricultura do município porque os mesmos não desenvolviam atividades ligadas ao Programa.

A pesquisa foi realizada nos dias de entrega dos alimentos. Tal opção ocorreu após informações prestadas pelas equipes de execução do Programa, em ambos os Municípios, que o momento da entrega dos alimentos reunia todos os/as agricultores/as. No entanto, após seis visitas ao campo, percebeu-se que embora a maioria estivesse presente nos dias da entrega, alguns mandavam seus produtos por outras pessoas, o que permitiu à pesquisadora trabalhar apenas com esse grupo maior que comparecia nos espaços de entrega.

É importante registrar que as entrevistas com os/as agricultores/as só ocorreram nos meses de março e abril de 2014, pois em dezembro de 2013 os/as mesmos/as já haviam cessado a entrega de alimentos para as escolas e só retornaram na segunda quinzena de abril. No entanto, para continuar o trabalho, visto que havia o mapeamento dos/as agricultores/as que foram realizados no primeiro momento da pesquisa, se buscou entrevistar os/as mesmos/as na área rural onde moravam.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas distintas. Na primeira, realizou-se o levantamento de dados para o mapeamento e caracterização dos/as agricultores/as, utilizando

como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado, que possibilitou uma exploração do espaço de trabalho dos/as agricultores/as e conhecimento de suas características sociais e produtivas. Nesse primeiro momento, em Água Branca realizaram-se cinco visitas para a coleta de dados na Secretaria de Educação, na Secretaria de Agricultura, na EMATER e na Escola Estadual José Nominando.

Em Princesa Isabel visitou-se a Secretaria de Educação várias vezes, mas não se obteve nenhuma informação. Visitou-se também a 11ª Região de Ensino, a EMATER do município e a EMATER Regional, essa última coordena as EMATER dos municípios do Território Rural Serra do Teixeira. Logo, essas instituições foram fundamentais para a coleta de informações sobre a execução do Programa nas escolas estaduais do município, entre elas, destaque para a EMATER que contribuiu bastante com o fornecimento de dados que viabilizaram a compreensão do desenvolvimento do PNAE nos município pesquisados.

Na segunda etapa da pesquisa foram realizadas as entrevistas com os/as representantes das instituições responsáveis pela execução do PNAE, e com 24 agricultores/as sendo 14 de Água Branca e 10 de Princesa Isabel.

Os dados coletados na primeira etapa foram interpretados e tabulados através de gráficos, tabelas e quadros permitindo uma melhor visualização das características socioeconômicas dos/as agricultores/as e do seu espaço de produção. Essas informações foram analisadas a partir da análise estatística descritiva, na qual de acordo com Freund e Simon (2000), permite fornecer resumos simples sobre a amostra e sobre as observações que foram feitas na pesquisa, sendo estes, representados através de gráficos e tabelas. Logo, os dados tabulados foram fundamentados à luz de literatura pertinente à discussão.

Os dados da segunda etapa foram colhidos através de entrevistas semiestruturadas, as quais foram transcritas e analisadas através da Técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2004), que consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados ao conteúdo de discursos diversificados, sendo a discussão dos resultados agrupados em categorias temáticas e indicadores, além de serem embasados na literatura de referência ao tema.

As categorias e indicadores foram construídos durante a análise do texto. Utilizaram-se algumas falas representativas para ilustrar o agrupamento total de cada categoria com seus respectivos indicadores, os quais foram organizados no apêndice deste trabalho em dois quadros contendo todas as falas dos/as agricultores/as de Água Branca e Princesa Isabel.

Os discursos foram identificados com um código para se manter o sigilo dos/as participantes. O código escolhido foi o nome de alimentos presentes na refeição dos escolares. Em Água Branca-PB utilizou-se o nome de frutas como codinomes para os/as agricultores/as e em Princesa Isabel-PB o nome de verduras. No caso dos representantes das unidades executoras do Programa, foi necessário colocar o nome da instituição a qual o/a representante pertencia para que ficasse claro a partir de qual lugar social os/as entrevistados/as estavam falando.

No tocante à organização deste trabalho o mesmo está dividido em três capítulos: O primeiro apresenta a trajetória histórica pela qual o Programa passou, ou seja, do assistencialismo à perspectiva do direito e da universalização, além de tratar sobre o que é o PNAE, mostrando quais são as suas unidades executoras, os órgãos de fiscalização, quem pode participar do Programa, enfim, apresenta o Programa: estrutura e execução.

O segundo capítulo analisa a agricultura familiar em Água Branca e Princesa Isabel antes e depois do Programa e apresenta a caracterização socioeconômica dos/as agricultores/as cadastrados/as no Programa.

O terceiro capítulo analisa como o PNAE é executado em Água Branca e Princesa Isabel, e apresenta a análise das entrevistas com os/as agricultores/as familiares cadastrados/as no Programa nos municípios pesquisados.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, que revelaram informações importantes sobre o PNAE, ou seja, embora, os dois municípios estudados tenham apresentado diferenças na forma de executar o Programa, percebeu-se a partir de um olhar mais amplo que em ambos, os resultados eram os mesmos. Eles poderão ser conferidos no decorrer da leitura deste trabalho.

CAPÍTULO I

1 A TRAJETÓRIA DO PNAE: DO ASSISTENCIALISMO E CENTRALIZAÇÃO AO ATENDIMENTO UNIVERSAL E DESCENTRALIZADO

O surgimento de ações governamentais para o enfrentamento da fome e desnutrição no Brasil demarcam os anos de 1930 e 1940. Durante essas duas décadas, dentre as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no país, emergiu a descoberta científica da fome, a criação da prática profissional em nutrição e a instituição de políticas sociais de alimentação e nutrição (SOBRAL; COSTA, 2008).

Dentre as ações que o governo brasileiro desenvolveu para atuar junto aos problemas da fome e da desnutrição destaca-se a alimentação escolar. Ela aos poucos começou a ser vista como uma área que precisava de atenção, visto que as escolas abrigavam um grande contingente de crianças. Foi dentro desse contexto que o Programa de Alimentação Escolar começou a ser pensado.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, em sua origem, apresentava um formato centralizado, focalizado e assistencialista. De acordo com Carvalho e Castro (2009) as primeiras experiências brasileiras nesse campo demarcaram um processo baseado em ações de caráter beneficente. Os alimentos, que eram doados para as poucas escolas oficiais do país, vinham de iniciativas isoladas de famílias com alto poder aquisitivo e do auxílio do comércio local.

Segundo Carvalho e Castro (2010) em 1930, ocorreram no Brasil as primeiras iniciativas de alimentação escolar assumida por alguns municípios e Estados mais ricos. Os mesmos se responsabilizavam pelo fortalecimento da alimentação escolar em seus territórios. Essa iniciativa ocorreu porque estava havendo um grande número de crianças desnutridas, realidade resultante de fatores fisiológicos, sociais e econômicos. Como medidas intervencionistas surgiram as políticas de suplementação alimentar materno infantil, dentre elas a alimentação escolar.

Em 1940, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS. Através dele o governo brasileiro assumia a responsabilidade de conduzir uma política que

respondesse aos problemas da fome apontados cientificamente pelos estudiosos. Nesse sentido, a alimentação que, até então, era vista apenas como um campo do saber passou a ser trabalhada como uma política pública (SOBRAL; COSTA, 2008).

Desde as primeiras iniciativas de idealização e institucionalização da política de alimentação escolar brasileira, observaram-se como de fundamental importância a participação de médicos nutrólogos e nutricionistas. Esses profissionais participaram tanto do processo de construção da Política de Alimentação Escolar quanto de estudos e pesquisas sobre o tema, além da gestão e execução das agências e instituições responsáveis por essa modalidade de política pública (CHAVES *et al*, 2003) .

No ano de 1954, ainda com base em ações de orientações beneficentes e voluntárias, criou-se o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), tendo como principal responsável a Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Um ano depois, com o Decreto 37.106/1955 o PNME/CNA foi formalizado como Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNME) tendo como meta a distribuição de alimentos como leite em pó doados pelo Fundo Internacional de Ajuda à Infância (FISI) aos estados mais pobres (CARVALHO; CASTRO, 2009).

Desde a sua implantação, a estrutura do PNAE vem passando por várias alterações. De acordo com Sobral e Costa (2008) esse Programa era centralizado na esfera do governo federal e apresentava muitas distorções, como: a baixa adesão dos escolares, a inadequação de cardápios referente à qualidade nutricional e ao atendimento dos hábitos alimentares de algumas regiões.

O campo da alimentação escolar no período que corresponde de 1955 aos anos de 1970 vinha crescendo paulatinamente e despertando a atenção de algumas empresas alimentícias brasileiras, que promoveram novas mudanças na qualidade da alimentação escolar. Mesmo considerando que a presença do Estado nessa área tivesse melhorado, muitas dificuldades ainda persistiam na aquisição e distribuição dos alimentos (CARVALHO; CASTRO, 2009).

Em 1970, as distribuições de alimentos para as escolas, realizadas para os estados mais pobres do país, foram cessadas. Isso ocorreu por causa das estratégias mercadológicas de indústrias alimentícias brasileiras que objetivavam assumir para si esse grande mercado assegurado pelo governo. Tal façanha empresarial ocasionou por um lado, cardápios escolares

pobres em qualidade e sem sabor, e, por outro, o crescimento de indústrias brasileiras de alimentos (CARVALHO; CASTRO, 2009).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi assim constituído a partir de 1979. No entanto, a alimentação como direito de todos os estudantes de ensino fundamental, vista como complemento da Política de Educação, só ocorreu em 1988 com a promulgação da Constituição Federal (CARVALHO; CASTRO, 2010).

A Constituição de 1988 significou uma grande conquista para os vários campos da sociedade brasileira. Muitos direitos sociais foram garantidos, além de possibilitar a abertura de espaços de poder onde as pessoas pudessem estar discutindo suas inquietudes sobre o governo nas áreas da política, da economia e da sociedade. A Constituição significou um marco para a garantia e universalização de várias políticas como a de saúde, assistência e educação. Segundo Belik e Chaim (2009), em 1988 o PNAE foi universalizado, e a alimentação escolar, assim como outras conquistas, passou a ser um direito garantido pela Constituição.

Mesmo havendo o reconhecimento da alimentação escolar como um Programa que complementava a Política de Educação, os recursos financeiros permaneciam centralizados. Segundo Carvalho e Castro (2010) a descentralização para os estados e municípios, começou por volta de 1993. A intenção era aperfeiçoar o desempenho do Programa, mudar a sistematização das compras, implantar a produção alternativa de alimentos, optar por produtos *in natura* e semielaborados da localidade. Essas mudanças possibilitaram melhorias na aceitabilidade das refeições e diversificou o cardápio.

Os produtos *in natura* de acordo com Chaves e Brito (2006) são todos os produtos de origem animal ou vegetal que têm um curto período de durabilidade. Eles exigem a remoção da parte não comestível e uma higienização adequada. Alguns exemplos deles são frutas como laranja, manga, banana, entre outras, e hortaliças como coentro, cebola, alface, e demais produtos do gênero. Os semielaborados são aqueles alimentos de origem animal ou vegetal que passaram por alguns processos, porém sem a adição de conservantes e corantes. Eles podem ser: a polpa de frutas, arroz, feijão, cereais, farinhas, entre outros.

Em 1994, a partir da Lei nº 8.913, ocorreu efetivamente a descentralização do Programa. Foram realizados convênios com os estados e municípios para serem feitos repasses financeiros e criaram também, os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada uma dessas instâncias. Esses Conselhos eram responsáveis por fiscalizar e controlar a

aplicação dos recursos repassados, como, também, acompanhar a elaboração dos cardápios das escolas. Nesse momento, o PNAE estava sob a responsabilidade da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1997, a FAE foi substituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pelo Programa. Em 2009, obrigatoriamente, o PNAE também, passou a atender aos estudantes do ensino médio, configurando-se assim, como um dos maiores programas de atendimento universal na área da educação no mundo (BELIK; CHAIM, 2009).

A criação do CAE nos Estados e Municípios foi importante, pois possibilitou a participação dos escolares e da comunidade local nas discussões sobre a aplicação dos recursos destinados para a alimentação escolar, além de lhes permitir o acompanhamento da construção do cardápio. Esse Conselho, de acordo com Belik e Chaim (2009), deve atuar como colegiado e desenvolver funções deliberativas, fiscalizadoras e de assessoramento.

Na perspectiva de Sobral e Costa (2008), as reestruturações pelas quais o PNAE vem passando, ocorreram, sobretudo a partir de 2004, quando se começou a compreender o Programa por meio de uma visão intersetorial no campo da alimentação e nutrição voltadas para a educação. Assim como previa a Constituição de 1988, o intuito era efetivar um programa de alimentação suplementar aos escolares, o que se tornava importante dentro das metas do desenvolvimento do milênio no campo da educação.

Como foi observado, antes do PNAE atender a todos os escolares e a desenvolver ações interligadas à agricultura familiar, ele passou por várias mudanças. Ele tem vivenciado um processo de reestruturações que tem causado grandes rebatimentos sobre a qualidade da alimentação escolar e recentemente, nos anos 2000, sobre a agricultura familiar como poderá ser observado a seguir.

1.1. O Programa Nacional de Alimentação Escolar

No início do Governo Lula, em 2003, o PNAE destacou-se como um dos programas de governo que tinha como uma das suas principais diretrizes a formação de hábitos alimentares saudáveis e a segurança alimentar e nutricional dos escolares. Uma das mais importantes iniciativas do governo foi à contratação, pela primeira vez, do nutricionista para atuar como gestor do Programa, no âmbito central. A presença desse profissional na

administração do Programa, assim como a sua inserção à equipe técnica, trouxe contribuições significativas ao PNAE, a exemplo da melhora nutricional na elaboração dos cardápios escolares, que passaram a ter como obrigatório, a presença de frutas e hortaliças em sua elaboração (CHAVES *et al*, 2003).

A presença de nutricionista no desenvolvimento do PNAE oficializou-se por meio da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 358, de 18 de maio de 2005. Paralelamente, a Resolução do FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006, estabeleceu que o nutricionista assumisse a responsabilidade técnica pelo Programa. Logo, esse profissional passou a acompanhar desde a aquisição dos alimentos até a sua distribuição ao alunado. Tal determinação complementava o que o Conselho Federal de Nutricionistas havia estabelecido como objetivos: a orientação e a normatização das atividades pertinentes ao nutricionista que fosse atuar no PNAE (CHAVES *et al.*, 2003).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma ação intersetorial do governo brasileiro que além da educação, contempla também, a agricultura familiar a partir da Lei 11.947/09. Nela, ficaram estabelecidas as diretrizes, as normas de funcionamento da participação da agricultura familiar no Programa. Essa Lei determina que no mínimo 30% dos recursos que forem repassados aos estados e municípios, pelo Ministério da Educação (MEC) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), devem ser destinados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar (BRASIL, 2011).

A Lei acima citada, também, estabeleceu o conceito de alimentação escolar, que corresponde a todo alimento que é servido na escola, independentemente de sua origem, durante o período letivo. As diretrizes dessa alimentação compreendem o emprego de uma refeição saudável e adequada com a utilização de produtos variados, seguros e que contemplem hábitos saudáveis da região; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; a universalidade do atendimento alimentar aos alunos de toda a rede pública de ensino básico; a participação da comunidade local no controle social; apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de alimentos diversificados produzidos localmente, provenientes da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais; e o direito à alimentação escolar, visando a garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos e o acesso igualitário a mesma (BRASIL, 2009).

O PNAE faz parte das ações presentes na Política Nacional e Segurança Alimentar e Nutricional. O seu caráter é suplementar, como previsto no artigo 208, incisos IV e VII da

Constituição Federal. Esses incisos destacam que o Estado, no âmbito da educação, é responsável pelo atendimento em creches e pré-escolas, às crianças de zero a seis anos de idade, assim como ao educando no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático para as atividades escolares, transporte, alimentação e assistências à saúde. Em 2009, a Lei 11.947 trouxe grandes avanços para o PNAE. Além de atender aos escolares das séries anteriormente apresentadas, também, se estendeu aos estudantes da educação básica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2013).

De acordo com Carvalho e Castro (2009) o FNDE dividiu o PNAE em subprogramas para otimizar a sua execução:

- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar (FUNDAME), destinado a estudantes de 6 a 14 anos matriculados nas escolas públicas e filantrópicas conveniadas de ensino fundamental;
- PNAC – Programa Nacional de Alimentação de Creches (PNAE-CRECHES) beneficia crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, matriculadas em creches públicas e filantrópicas conveniadas;
- PNAP – Programa Nacional de Alimentação Pré-Escolar (PNAE-PRÉ-ESCOLAS), que direcionado a crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, matriculadas no ensino pré-escolar público e filantrópico conveniado;
- PNAI – Programa de Alimentação Escolar Indígena (PNAE-ESCOLAS INDÍGENAS) destinado a estudantes com a idade dos três programas anteriores de escolas públicas e filantrópicas conveniadas que se encontrem em território indígena.
- PNAQ – Programa de Alimentação Escolar Quilombola (PNAE-ESCOLAS QUILOMBOLAS) direcionado para estudantes de faixa etária dos três primeiros programas de escolas públicas e filantrópicas conveniadas que se encontrem em território quilombola;
- PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO – PME (PNAE-EDUCAÇÃO INTEGRAL) destinado a alunos \geq 6 anos das escolas públicas e filantrópicas conveniadas, que ofereçam ensino fundamental na modalidade de Educação Integral. Os custos da alimentação são realizados com repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ressarcidos pelo FNDE à conta do PNAE. A Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 instituiu o PME como ação interministerial de fomento à educação através do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar.

Os recursos para o funcionamento desse Programa são provenientes do FNDE e o repasse é realizado diretamente para os estados e municípios, tendo por base o censo escolar do ano anterior. É fundamental que a entidade gestora seja competente e se comprometa com a segurança e a educação alimentar e nutricional dos escolares (BRASIL, 2013).

A Política de Alimentação Escolar é uma política estruturante de Segurança Alimentar, sendo assim, suas demandas estabelecem atividades integradoras de ações e de programas das instituições públicas envolvidas com a saúde, a educação, a área de produção agrícola, entre outras (FABRO, 2012). Logo,

Entende-se como Segurança Alimentar e Nutricional o acesso à alimentação de qualidade e a garantia de sua continuidade em quantidade suficiente e de modo permanente. Ela deve estar baseada em práticas alimentares saudáveis, sem comprometer a disponibilidade ao atendimento de outras necessidades essenciais nem do sistema alimentar futuro, devendo realizar-se em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar o direito à alimentação, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É de responsabilidade do Estado assegurar esse direito e deve fazê-lo em articulação com a sociedade civil, cada uma das partes cumprindo suas atribuições específicas. Para isso é reconhecida a necessidade de um redimensionamento das práticas alimentares, mediante a formulação ou a readequação de políticas, programas, projetos ou atividades que operacionalizarão as diretrizes fixadas em uma Política Social de Alimentação e Nutrição (SOBRAL; COSTA, 2008, p. 73-74).

Visto que o PNAE estabelece uma ligação direta com a Segurança Alimentar e Nutricional, suas ações intersetoriais constituem como uma característica importante que contribui com a melhoria da qualidade alimentar e produtiva da localidade.

O PNAE está pautado em seus princípios e diretrizes, na defesa do direito à alimentação para todos os escolares. Dessa forma, ele não se enquadra no perfil de um Programa que atende meramente a parcela mais carente da população. Seus objetivos são,

(...) atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, por meio da oferta de, no mínimo, uma refeição diária, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Como objetivos específicos, o PNAE tem por intuito melhorar as condições fisiológicas do aluno, de forma a contribuir para a melhoria do desempenho escolar; promover a educação nutricional no âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares; reduzir a evasão escolar; além de dinamizar a economia local e a vocação agrícola da região (SOBRAL; COSTA, 2008, p. 76).

Os objetivos do Programa apresentam características intersetoriais importantes, que atingem desde o campo educacional e nutricional até a garantia de compra e venda de produtos provenientes da agricultura familiar.

O desenho institucional do PNAE, com suas características de descentralização, universalização, participação de vários atores e a sua atenção em adquirir produtos da agricultura familiar, insere-se na discussão sobre desenvolvimento local como um elemento importante que viabiliza a articulação de várias atividades, sejam elas produtivas, organizativas, econômicas, ou outras.

Além disso, os municípios assumem a responsabilidade de gestão da alimentação escolar, tendo como competência, a prestação de contas dos recursos que recebem do Governo Federal. O objetivo da descentralização foi, dentre outros, otimizar a utilização dos recursos financeiros. Algumas mudanças puderam ser observadas como a melhoria da qualidade dos serviços, alterações na sistemática de compras, implantação de produção alternativa de alimentos e maior utilização de produtos *in natura* (SOBRAL; COSTA, 2008).

No caso da Paraíba, o Estado optou pela descentralização dos recursos destinados à alimentação escolar. Assim, a parte financeira é transferida ao Conselho Escolar de cada unidade de ensino. Os procedimentos para a aquisição dos gêneros alimentícios são regidos pelas Leis: 11.947 de 16 de junho de 2009, 8666/93 e da Resolução/CD/FNDE 38 de 16 de julho de 2009, que tratam de contrato, licitação e normatização da execução dos recursos do PNAE, entre outros. Dessa maneira é necessária a formação da Comissão Permanente de Licitação, em cada escola, que terá por objetivo operacionalizar o processo de aquisição dos gêneros alimentícios, com a aprovação do Conselho Escolar, o qual tem o papel de contabilizar e fiscalizar os gastos (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 2013).

De acordo com Belik e Souza (2009) há dois aspectos importantes nos programas de alimentação escolar que contribuem para o desenvolvimento local. Primeiro, quando eles são bem desenhados, do ponto de vista econômico, podem permitir o fechamento do circuito de geração de renda e de distribuição dos benefícios, o que vem a promover o desenvolvimento local. Em segundo lugar, do ponto de vista do empoderamento, esses programas promovem a transparência nas relações sociais, o que aproxima o poder público dos pais de alunos e com a sociedade civil organizada por meio dos Conselhos.

Esses dois aspectos podem ser observados no PNAE que em seu desenho normativo prima pela participação social, transparência e pela aquisição de produtos da agricultura familiar. Essa última vem passando por alguns processos de discussão, o que tem contribuído para a valorização de sua prática e com a construção de seus novos significados.

O envolvimento entre a agricultura familiar e a alimentação escolar foi possível por causa da descentralização que houve no PNAE, através da qual cada ente federativo passou a ter algumas atribuições.

De acordo com Sobral e Costa (2008) a descentralização do Programa promoveu a distribuição de tarefas para os outros níveis governamentais. A partir desse momento, a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal passaram a ter responsabilidades na cobertura das necessidades nutricionais dos escolares, durante a sua permanência na escola.

Existem alguns agentes que são importantes para o funcionamento do PNAE. Cada um deles exerce uma função em sua unidade federativa e contribui para o seu desenvolvimento. Suas atribuições estão estabelecidas no Programa (BRASIL, 2011). Eles serão apresentados a seguir.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pela transferência dos recursos do Governo Federal. Esse recurso é complementado pelos Estados, municípios e Distrito Federal. Sua função consiste na normatização, coordenação, monitoramento, execução do Programa, entre outras ações.

As entidades executoras nos estados e no Distrito Federal são as Secretarias de Educação, e nos municípios, as Prefeituras. Há também, as escolas federais. Essas instituições recebem os recursos financeiros transferidos pelo FNDE e o administram.

As secretarias estaduais de educação cuidam de atender as escolas públicas e filantrópicas estaduais e as do Distrito Federal. As prefeituras responsabilizam-se por atender as escolas na instância municipal. Essas entidades, também, são responsáveis pelas escolas quilombolas e indígenas. As escolas federais quando optam por oferecer a alimentação aos alunos, são responsáveis pelo recebimento dos recursos, os quais são repassados diretamente para elas.

A base dos recursos que são repassados para as entidades executoras do PNAE é calculada a partir do número de estudantes matriculados no ano anterior. Esse número corresponde ao censo escolar, pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, que

informa ao FNDE o total de estudantes matriculados na rede de ensino atendida pelo Programa (BRASIL, 2009).

Há ainda outros órgãos que atuam na fiscalização da execução do PNAE, são eles: o Conselho de Alimentação Escolar, o Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno, Ministério Público da União, o Conselho Federal e Regional de Nutricionistas, escolas públicas e filantrópicas municipais.

Com as mudanças estabelecidas pela Lei 11.947/2009, a forma de execução do PNAE no município teve possibilidades de ser realizada de quatro maneiras: centralizada, quando a própria prefeitura adquire os produtos alimentícios e os encaminha para todas as escolas de sua administração; escolarizada, quando a própria escola realiza a compra dos gêneros alimentícios com os recursos do Programa repassados pela prefeitura; terceirizada, quando os produtos alimentícios são comprados pela prefeitura, a qual contrata com recursos próprios, terceiros para preparar e fazer a distribuição da merenda; e mista, quando a prefeitura, simultaneamente, adota duas ou mais formas de gestão da alimentação escolar (BRASIL, 2008).

O processo para a aquisição de produtos da agricultura familiar é composto por oito passos. Ele é realizado por meio das unidades executoras que são as secretarias estaduais, as prefeituras e toda a rede federal da educação básica ou suas mantenedoras (BRASIL, 2011).

O primeiro passo refere-se à elaboração do cardápio que deve ser construído pelo/a nutricionista, prezando pelos alimentos básicos, pelas referências nutricionais, os hábitos alimentares da localidade e considerando a sustentabilidade e a diversificação da produção agrícola da região. No mínimo os cardápios escolares devem ter três porções de frutas e hortaliças por semana.

O segundo passo consiste na chamada pública, momento em que as entidades executoras apresentam qual é a demanda de gêneros alimentícios necessários para as escolas. A chamada deve ser publicada em vários tipos de mídias existentes na localidade.

O terceiro passo consiste na definição dos preços de referência. A entidade executora deve tomar por base os preços praticados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que podem ser apresentados pela CONAB. Na ausência do PAA na localidade, a referência é feita com base em critérios definidos a partir do valor gasto no ano. Os valores são avaliados e atualizados semestralmente, não podendo ter preços abaixo do que é estabelecido pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

O quarto passo refere-se ao projeto de venda, o qual é constituído pelo grupo formal (cooperativas ou associações com a Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar - DAP Jurídica) e grupo informal (agricultores familiares com DAP física), em conformidade com a chamada pública.

O quinto passo compreende o recebimento dos projetos de venda pela unidade executora. O sexto corresponde à seleção dos projetos de venda que é feita pela unidade executora. A ordem e prioridade no processo seletivo cumprem a sequência a seguir: primeiro opta-se pelos projetos do município, não havendo esses projetos, na próxima sequência serão os projetos da região, em seguida do território rural, depois do estado e por fim do país.

O sétimo passo é a assinatura do contrato, no qual fica estabelecido o cronograma de entregas dos produtos e a data de pagamento dos agricultores. O oitavo passo é a entrega dos produtos, momento em que os agricultores e a entidade executora do Programa assinam o termo de recebimento atestando que os produtos foram entregues de acordo com as exigências quantitativas e qualitativa do contrato.

O limite das vendas dos produtos da agricultura familiar por meio do PNAE era até nove mil Reais por Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP) anual, no entanto, a partir de 4 de julho de 2012 a resolução número 25 estabeleceu o limite máximo de vinte mil Reais por DAP-Ano (BRASIL, 2012).

É importante destacar que um dos principais critérios para se cadastrar e fornecer alimento pelo Programa consiste na DAP. O agricultor só está habilitado a participar do mesmo, se possuir esse documento, o qual pode ser fornecido pela EMATER da localidade.

Mesmo que o PNAE apresente regras e características semelhantes, algumas peculiaridades podem ser observadas principalmente no que se refere a sua ligação com a agricultura familiar. Essas peculiaridades serão abordadas no próximo capítulo, que apresentará a inserção do PNAE na agricultura familiar de Água Branca e Princesa Isabel.

CAPÍTULO II

2. A AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁGUA BRANCA (PB) E PRINCESA ISABEL (PB): ANTES E DEPOIS DO PNAE

Durante a década de 90, enquanto o PNAE vinha passando por transformações, ocorria no Brasil um processo de construção de alguns conceitos sobre agricultura familiar. Para Carmo (1999) essa prática seria uma forma dos agricultores organizarem-se produtivamente a partir de critérios não meramente econômicos. A orientação deles teria como norte as necessidades e os objetivos da família. No mundo rural a gestão e o trabalho estão constantemente relacionados.

A construção da categoria agricultor familiar foi importante para que fossem criadas/direcionadas políticas públicas que beneficiassem esse diverso grupo social. Para Guanziroli e Cardim (2000) agricultor familiar seria aquele que, com sua família, exercem a direção dos trabalhos em sua unidade produtiva. A principal mão-de-obra provém de sua família, sendo, esta, superior ao trabalho contratado de terceiros e sua propriedade estaria dentro dos limites (módulo rural) estabelecidos em cada região brasileira.

A utilização da mão-de-obra familiar na produção é um fator marcante entre os agricultores familiares. Segundo Tinoco (2008) muitas definições de agricultura familiar têm por base além da mão-de-obra utilizada para a produção, o tamanho da propriedade rural, o direcionamento dos trabalhos e a renda gerada pelas atividades agrícolas. Nesse caso, o proprietário é simultaneamente dono dos meios de produção e, juntamente com sua família, assume o trabalho no estabelecimento.

A partir dessas características que definiram quem seriam os agricultores familiares, o governo brasileiro começou, nos anos 1990, a construir a primeira política pública direcionada para esse seguimento. De acordo com Picolotto (2008) o PRONAF, criado em 1996, foi a primeira política pública direcionada, especificamente, para o agricultor familiar. O reconhecimento desse grupo social como sujeitos de direitos é recente. O mesmo ocorreu a partir da Lei 11.326 de julho de 2006, que definiu oficialmente esta categoria social.

Essa Lei foi sancionada pelo presidente, na ocasião, Luiz Inácio Lula da Silva. Seu

objetivo consiste em estabelecer os conceitos, os princípios, as diretrizes e os instrumentos para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a qual deve estar articulada à política agrícola e com as políticas voltadas para a reforma agrária. São contemplados também, dentro da Lei, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas e os pescadores desde que atendam a alguns requisitos estabelecidos na mesma (BRASIL, 2006).

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 [quatro] módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p.1).

A partir da definição na Lei, acima citada, sobre quem são os agricultores familiares, foi possível observar muitas dessas características nos/as agricultores/as cadastrados/as no PNAE em Água Branca-PB e Princesa Isabel-PB. Elas se expressaram desde o tamanho das propriedades até a utilização da mão de obra familiar para a condução dos trabalhos na propriedade.

Entre os/as agricultores/as de Água Branca-PB houve a prevalência de propriedades com menos de 6 hectares e áreas de cultivo com menos de 2 hectares, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Descrição do tamanho das 14 propriedades pesquisadas no Município de Água Branca-PB.

Tamanho da Propriedade	Área cultivada	Reserva natural
Menos de 6 ha = 8 agricultores/as	Menos de 2 ha = 13 agricultores/as	Nenhuma = 6 pessoas
De 6 ha a menos de 12 ha = 4 agricultores/as	De 2 ha a menos de 5 ha = 1 agricultor/a	Menos de 2 ha = 5 agricultores/as
De 12 ha a mais = 2 agricultores/as	De 5 ha a mais = 0 agricultores/as	De 2 ha a mais = 3 agricultores/as

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2013.

Os/as agricultores/as não utilizavam toda a terra que trabalhavam para a produção de frutas e hortaliças, pois uma parte era conservada como reserva natural e, a outra, para a criação de ovinos, caprinos ou bovinos. Como se observou no Quadro 1 havia, entre alguns deles/as o interesse em preservar parte da mata, tal reserva era fonte para a manutenção da propriedade como o fornecimento de estacas e lenha. Isso revela, por um lado, a compreensão ecológica que eles/as tinham em preservar a mata, pois à medida que faziam isso, construíam um ciclo de automanutenção na propriedade, e por outro, o interesse econômico em conservar algo que para eles/as seria útil.

No caso de Princesa Isabel-PB os agricultores familiares tinham propriedades e áreas de cultivo maiores do que em Água Branca-PB. Dos dez agricultores entrevistados, 5 possuíam propriedade de 6 a menos de 12 hectares. Referente à área cultivada o número de pessoas que trabalhavam em menos de 2 hectares e de 2 a menos de 5 hectares foram iguais, como observado no quadro abaixo.

Quadro 2 – Descrição do tamanho das 10 propriedades pesquisadas no Município de Princesa Isabel-PB.

Tamanho da Propriedade	Área cultivada	Reserva natural
Menos de 6 ha = 3 agricultores	Menos de 2 ha = 4 agricultores	Nenhuma = 3 agricultores
De 6 ha a menos de 12 ha = 5 agricultores	De 2 ha a menos de 5 ha = 4 agricultores	Menos de 2 ha = 5 agricultores
De 12 ha a mais = 2 agricultores	De 5 ha a mais = 2 agricultores	De 2 ha a mais = 2 agricultores

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2013.

Os dados do quadro acima demonstram que havia maior área de produção agrícola em Princesa Isabel do que em Água Branca. Mesmo considerando que a prática da agricultura familiar nos dois locais fosse semelhante, verificou-se que havia maior produção em Princesa Isabel, haja vista que neste município existiam também outros mercados para saída dos produtos além das escolas.

É necessário citar a partir do que se verificou, em campo, que a venda da produção familiar dos 10 agricultores entrevistados em Princesa Isabel, não se concentrava nas escolas estaduais, pois eram poucas as escolas que demandavam seus produtos. Eles vendiam parte da produção familiar, na feira local, pois esse município, sendo o polo daquele território, tinha

um comércio fluente, o que fazia com que aqueles produtos da agricultura familiar fossem muito demandados pelo mercado local.

Antes de continuar com a análise do Quadro 2, é importante mencionar que nos dois municípios estudados, verificou-se que o PNAE conseguia aproximar os/as agricultores/as dos/as consumidores/as, no caso, os/as escolares. Isso até certo ponto motivava-os a produzirem algo de qualidade que alimentaria a todos: “[...] você estar sabendo que está produzindo um produto de qualidade, que tanto está na sua mesa, quanto na mesa das escolas, então você faz uma coisa com mais prazer (...)” (Macaxeira – Princesa Isabel, 10/04/2014)¹.

Ficou claro na fala de Macaxeira, a satisfação que sentia em produzir algo de boa qualidade que beneficiava tanto aos estudantes quanto ao agricultor. Essa sensação está relacionada à ligação existente entre ele e as escolas, logo, são pertinentes refletir e em alguns casos verificar que,

A aproximação entre agricultores familiares e consumidores tem promovido uma integração baseada em princípios de sustentabilidade, podendo contribuir com a redução do êxodo rural e da pobreza rural e urbana. A Lei no 11.947/2009, ao tornar obrigatória a compra da agricultura familiar, ampara o produtor quanto à aquisição dos alimentos e cria um meio para que este possa comercializar seus alimentos, através da dispensa do processo licitatório (SARAIVA *et al.*, 2013, p.929).

A aproximação entre os agricultores familiares e os consumidores apresenta características que possibilitam, como se observou na fala de Macaxeira-Princesa Isabel, melhorias na produção e a realização do próprio agricultor como trabalhador.

Dando continuidade à análise do Quadro 2, em Princesa Isabel-PB, verificou-se o predomínio do número de estabelecimentos que mantinham uma reserva natural na propriedade que tinha menos de 2 hectares. Essas reservas também eram utilizadas para a manutenção da propriedade com lenha e estacas para a construção de cercas. Nos dois municípios estudados, quanto maior a propriedade, maior era a área preservada. Isso se verificou principalmente, entre os agricultores que possuíam a partir de 6 hectares de terra.

O reconhecimento oficial da agricultura familiar foi importante para a articulação entre as ações governamentais de produção agrícola e de alimentação escolar, a exemplo do PNAE.

¹ Todos os agricultores de Princesa Isabel tiveram como codinomes o nome de verduras e os de Água Branca o nome de frutas.

As ações vinculadas ao PNAE, de acordo com Belik e Souza (2009), buscam estimular o associativismo e a profissionalização dos produtores agrícolas familiares. Nesse caso, as prefeituras são os agentes promotores da interligação associativa entre a alimentação escolar e o desenvolvimento local.

Os estímulos provocados pelo Programa apresentaram características semelhantes nos municípios de Água Branca-PB e Princesa Isabel-PB. Observou-se durante a pesquisa que desde 2009 o desenvolvimento do PNAE, nesses dois municípios, vem causando algumas mudanças na rotina produtiva familiar. Essas mudanças foram perceptíveis a partir das observações em campo e da análise das falas dos/as agricultores/as familiares cadastrados no Programa.

É importante salientar que elas se referem especificamente aos/as agricultores/as cadastrados/as no PNAE e que não há como falar em algo mais amplo, como o desenvolvimento agrícola familiar municipal, porque não houve, nos dois locais estudados, ações que contemplassem a todos/as ou pelo menos a maioria dos/as agricultores/as familiares. Em todo o processo, foi perceptível a importância da integração entre as entidades executoras, no caso de Água Branca-PB, havia uma maior interação do que em Princesa Isabel-PB. Logo,

[...] é de fundamental importância o reconhecimento do papel interdependente das várias secretarias do poder executivo (tanto municipal quanto estadual) relacionado ao tema, como agricultura, educação, fazenda ou administração, entre outras. O desenvolvimento local será potencializado na medida em que o gestor público, ou EE, consiga implementar a compra da agricultura familiar como uma ação verdadeiramente transversal dentro de políticas setoriais, prevendo desafios pendentes como o tema da assessoria técnica para agricultores, infraestrutura de logística e armazenagem, diagnóstico e interação com a realidade agrícola local/regional e, fundamentalmente, a criação de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas (SARAIVA *et al.*, 2013, p.933).

A intersectorialidade do PNAE com a agricultura familiar não está resumida a simples comercialização dos produtos para a alimentação escolar, ela exige o diálogo e a integração entre suas unidades executoras e os agricultores. Tal integração é um detalhe que pouco se observou em Princesa Isabel.

Referente à execução do PNAE, Água Branca e Princesa Isabel teve diferenciação principalmente no campo da articulação entre as unidades executoras do Programa. No entanto, ao se tratar do desenvolvimento da agricultura familiar nesses dois municípios,

muitas semelhanças puderam ser observadas, pois, embora, não houvesse meios de falar em desenvolvimento agrícola familiar, as mudanças observadas expressaram-se, principalmente, no aumento da quantidade, qualidade e diversificação dos produtos, mudanças essas que, como apresentado nos objetivos específicos, compõe o foco de análise deste estudo. Além desses três elementos, algumas práticas começaram a se transformar a exemplo da utilização de defensivos alternativos e do número de acessos ao PRONAF.

Quadro 3 – Demonstrativo do desenvolvimento do PNAE em Água Branca-PB.

Atuação dos/as agricultores/as antes e após sua entrada no PNAE		Antes		Depois		Total
		Sim	Não	Sim	Não	
Participam de associação		8	6	14	0	14
Participação em capacitação sobre o PNAE		5	9	8	6	14
Acesso ao PRONAF		7	7	10	4	14
Investimento na propriedade ou na produção com a organização de cercas; compras de motores, canos, arado, enxadas, chuveiro, cavação de poços.		5	9	14	0	14
Procedência da água para o plantio	Poço amazonas	4	10	6	8	14
	Açude	10	4	8	6	14
Uso de defensivos agrícolas alternativos		9	5	14	0	14
Adubagem com esterco de gado		14	0	14	0	14
Rotatividade de cultura		11	3	14	0	14
Energia utilizada para irrigação	Motor elétrico	6	8	9	5	14
	Motor a óleo diesel	8	6	5	9	14

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2013.

Como observado no Quadro 3, a implantação do PNAE em Água Branca-PB mexeu com a forma dos/as agricultores/as trabalharem e investirem na propriedade. Diante das vendas promovidas pelo Programa os/as agricultores/as começaram a participar mais das capacitações, acessaram o PRONAF, e conseqüentemente, investiram um pouco mais na propriedade e na produção.

Em sintonia com o acima exposto, houve uma maior aceitabilidade na utilização de defensivos agrícolas alternativos e na rotatividade produtiva, o que permitiu interpretar tais práticas como melhoria da qualidade dos alimentos produzidos, da técnica de produção e do entendimento sobre a importância de um trabalho que não agredisse o meio ambiente.

Ocorreu em Princesa Isabel-PB, assim como em Água Branca-PB, algumas mudanças na rotina produtiva dos agricultores, como o quadro abaixo apresenta,

Quadro 4 – Demonstrativo do desenvolvimento do PNAE em Princesa Isabel-PB.

Atuação dos agricultores antes e após sua entrada no PNAE		Antes		Depois		Total
		Sim	Não	Sim	Não	
Participam de associação		6	4	8	2	10
Participação em capacitação sobre o PNAE		5	5	10	0	10
Acesso ao PRONAF		4	6	7	3	10
Investimento na propriedade ou na produção: organização de cercas; compra de motor, cano, arado.		1	9	4	6	10
Procedência da água para o plantio	Poço amazonas	3	7	4	6	10
	Açude	7	3	4	6	10
	Pluvial	2	8	2	8	10
Uso de defensivos agrícolas alternativos		4	6	6	4	10
Adubagem com esterco de gado		8	2	8	2	10
Rotatividade de cultura		6	4	7	3	10
Energia utilizada para irrigação	Motor elétrico	5	5	6	4	10
	Motor a óleo diesel	2	8	2	8	10
	Não usa motor	2	8	2	8	10

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2013.

Como foi observado no Quadro 4, à medida que os agricultores começaram a participar do Programa, o acesso ao PRONAF, por exemplo, aumentou de quatro para sete pessoas. O PNAE gerou, nesses agricultores, a necessidade de estarem investindo em suas propriedades através da organização de cercas e da compra de motor, cano e arado.

O Programa prima, em seu aspecto normativo, pelo consumo de alimentos saudáveis e o apoio ao “desenvolvimento sustentável”. Logo, caso não haja uma produção orgânica na localidade, é interessante a compra de produtos que utilizem pouco agrotóxico. Isso porque o PNAE tem como um dos seus princípios,

[...] o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores

familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009, p.1).

Nesse aspecto, a EMATER auxiliava os agricultores a utilizarem defensivos agrícolas alternativos e a produzirem de maneira que não agrida tanto ao meio ambiente. Esse trabalho foi importante porque, como observado no Quadro 4, o número de pessoas que passaram a utilizar defensivos alternativos aumentou de quatro para seis.

Essas poucas mudanças entre os agricultores começaram a ocorrer após as capacitações sobre o PNAE promovidas pela EMATER. Antes das escolas estaduais iniciarem as compras dos produtos, foram realizados convites e cursos de capacitação para os agricultores, porém, somente cinco pessoas participaram. Havia certa incredulidade entre eles, porém depois do primeiro ano viram que havia vantagens em frequentar as reuniões de formação/capacitação, assim, houve um aumento da participação.

A EMATER, direta ou indiretamente, exerce em Princesa Isabel-PB, um papel fundamental no desenvolvimento do Programa. Sua atuação começa desde a organização para a divulgação da chamada pública para a aquisição dos produtos até o pagamento aos agricultores. Não há no município uma participação efetiva da Secretaria de Agricultura ou da Educação, logo, a EMATER é sempre solicitada pelas escolas estaduais e pelos agricultores para assessorar na execução do Programa.

É importante esclarecer que as mudanças observadas nos dois municípios estudados são pequenas e pouco expressivas diante do contexto do desenvolvimento agrícola familiar local ou regional. De acordo com dados da EMATER Regional (2014) Água Branca (PB) contava, até o mês de abril de 2014², com um total de 1.619 DAPs³ e 24 agricultores/as cadastrados/as no PNAE. Desse total, 14 foram entrevistados/as. Em Princesa Isabel-PB são 3.191 DAPs, com 12 agricultores cadastrados e participando do Programa. Dos cadastrados, foram entrevistados 10 agricultores.

Considera-se que após um olhar mais detido e amplo sobre o Programa nos dois municípios não há como falar em desenvolvimento da agricultura familiar, a partir do PNAE, pois são poucos/as os/as agricultores/as beneficiados/as. No entanto, quando o olhar é

² De acordo com as observações de campo, desde 2012 até o início de abril de 2014, o número de agricultores/as cadastrados/as no PNAE em Água Branca e Princesa Isabel não sofreu modificações por causa da estiagem ocorrida durante esse período.

³ Cada família possui uma DAP.

focalizado, direcionado para a rotina produtiva dos/as 24 agricultores/as pesquisados/as, é possível afirmar (vide Quadro 4) que o PNAE teve influencia na vida dessas pessoas.

CAPÍTULO III

3. A EXECUÇÃO DO PNAE EM ÁGUA BRANCA E PRINCESA ISABEL

3.1. O PNAE em Água Branca (PB)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, embora, não tenha atingido um considerável contingente de agricultores/as, conseguiu atender a todos os escolares e a melhorar a qualidade de sua alimentação, como descrito abaixo,

Eu acho esse Programa bom [...]. Esse Programa veio a enriquecer em muito a alimentação escolar. Antes vinha recurso só para o fundamental e agora é para todos [...] antes era só o básico mesmo, porque hoje além das verduras frescas tem também frutas. No início a gente teve medo da rejeição porque eles não tinham o hábito de comerem frutas após uma refeição, porém, não teve rejeição [...] atendemos a uma clientela um pouco carente e eu já tive relatos de que quando não tem aula, os alunos já sentem falta da merenda [...]. Seria muito bom se aumentassem os recursos para implantar mais alimentos da agricultura familiar (Diretora da Escola Estadual de Água Branca, 26/03/2014).

Como se pode observar, na fala da diretora, o Programa mudou a realidade alimentícia das escolas e vem contribuindo com o enriquecimento e a valorização dos hábitos alimentares da localidade. Assim, se por um lado ele não contemplou tantos/as agricultores/as familiares, por outro ele vem tendo uma grande aceitabilidade por parte dos escolares.

Ao observar a execução do PNAE a partir de um olhar mais focalizado, outra realidade aparece. Algumas mudanças ocorreram para os/as agricultores/as cadastrados no Programa, pois antes de sua inserção no Programa, a produção agrícola era sazonal e pouco diversificada.

Em Água Branca-PB, durante o ano de 2012, ano base deste trabalho, o total dos/as agricultores/as cadastrados/as, que entregavam seus produtos para a rede de ensino municipal, correspondia a 24 pessoas, sendo 5 homens e 19 mulheres. A participação das mulheres predominava. Desse total (24 pessoas cadastradas), 05 agricultores/as além de fornecer seus produtos para as escolas municipais também forneciam para as escolas da rede estadual, ou seja, 4 mulheres e 1 homem.

Tabela 1–Caracterização socioeconômica dos/as Agricultores/as de Água Branca-PB.

GÊNERO	Nº DE PARTICIPANTES
Masculino	2
Feminino	12
TOTAL	14

IDADE	Nº DE PARTICIPANTES
18 anos	1
31 a 40 anos	3
41 a 50 anos	6
51 a 60 anos	3
61 anos	1
TOTAL	14

ESTADO CÍVIL	Nº DE PARTICIPANTES
Casado/a	11
Separado/a	1
Viúvo/a	1
Solteiro/a	1
TOTAL	14

ESCOLARIDADE	Nº DE PARTICIPANTES
Analfabeto	1
Ensino Fundamental Incompleto	10
Ensino Médio Completo	3
TOTAL	14

PRINCIPAL FONTE DE RENDA	Nº DE PARTICIPANTES
Agricultura + Bolsa Família	11
Agricultura + Aposentadoria	2
Agricultura + Bolsa Família + Aposentadoria	1
TOTAL	14

ATIVIDADE EXERCIDA ALÉM DA AGRICULTURA	Nº DE PARTICIPANTES
Vendedor de Quitanda	2
Não exercem outro tipo de atividade	12
TOTAL	14

Fonte: EMATER, Sec. Mun. de Educação de Água Branca e formulário construído pela pesquisadora, 2013.

Nota-se uma forte presença de mulheres casadas, com idade entre 31 e 50 anos e com Ensino Fundamental Incompleto. Percebeu-se entre esses/as participantes a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, pois o baixo grau de escolaridade limita a escolha profissional. Além disso, considerando o contexto em que as mulheres estavam inseridas, elas

encontravam na agricultura a sua principal fonte de renda, assim como, no Programa Bolsa Família.

É importante observar a idade dos agricultores/as que viviam da agricultura e do Programa Bolsa Família, sua maioria era adulta. A presença de famílias jovens era mínima revelando a falta de atrativos da agricultura para esse grupo social. Não há no PNAE incentivos para que a juventude, considerando essa representada por aqueles/as que já constituíram família, participem.

Existem algumas condicionalidades para a participação no Programa, uma delas, visto como uma das mais importantes é ter o documento conhecido como Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar – DAP. A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf. Esse documento é concedido por órgãos e entidades autorizados, entre eles, a EMATER. Cada família que pertença ao grupo dos/as agricultores/as familiares tem um documento desses, que engloba todos os seus membros.

O foco do Programa, considerando às mudanças que ocorreram em 2009, foi a melhoria da alimentação escolar e a geração de renda através da agricultura familiar. Das 14 pessoas entrevistadas a metade delas contava apenas com o auxílio do/a cônjuge na produção. Cinco participantes da entrevista contavam com a presença dos/as filhos/as, e as outras 02 famílias contavam com o auxílio de genro ou nora. Isso significa que, embora houvesse o envolvimento da família durante a produção para o PNAE, o trabalho gerado não era suficiente para empregar outras pessoas, fora do âmbito familiar. Havia uma predominância do trabalho dos/as cônjuges e dos/as filhos/as, o que indicou para a manutenção dessas famílias no campo.

Entre os/as entrevistados/as 12 pessoas não exerciam outro tipo de atividade além da agricultura. Embora, a grande parte cadastrada no Programa fosse mulheres, elas não apontaram o trabalho doméstico como outro tipo de atividade exercida, ficando explícito para elas, que trabalho é o que gera renda. Logo, os afazeres domésticos, mesmo tomando seu tempo e dedicação, ficavam no anonimato, como algo natural que as mulheres faziam rotineiramente sem a participação dos seus parceiros. Em Princesa Isabel, os participantes eram todos homens.

A maioria das propriedades pertencia aos/às agricultores/as pesquisados/as em Água Branca-PB, no caso, 11 deles/as trabalhavam em terras próprias, e, 03 utilizavam a terra de

outras pessoas. Apesar deles/as trabalharem em outras propriedades, elas pertenciam a algum parente próximo como sogro/a, filhos/as já casados/as ou amigos/as. Eles/as não pagavam renda pelo uso dessa propriedade, apenas ficavam responsáveis pelo pagamento da energia que consumiam na irrigação.

A entrada dos/as 14 agricultores/a pesquisados/as no PNAE em Água Branca-PB não ocorreu em períodos muito distintos. A maioria deles/as, 13 pessoas, iniciou a entrega em 2009, momento em que o Programa passou a instituir um valor mínimo de 30% dos recursos destinados à alimentação escolar para ser gasto com a compra de produtos provenientes a agricultura familiar. Apenas um agricultor entrevistado ingressou em 2011. Em 2010 não houve adesão de agricultores/as ao Programa por causa do período de estiagem que se estendeu na região.

O Programa recebe os produtos de grupos formais, representados pelas cooperativas e associações, e grupos informais, formados pelos agricultores. Para estarem vendendo os produtos ao PNAE esses grupos precisam ter a DAP Física, para os informais, e, Jurídica para os formais (BRASIL, 2011).

Tanto em Água Branca-PB quanto em Princesa Isabel-PB, apenas o grupo informal realizava a venda dos produtos. Os alimentos que os/as agricultores/as forneciam, em 2012, ano base deste trabalho, foram especificados no quadro a seguir.

Quadro 5 – Produtos Fornecidos pelas famílias participantes do PNAE 2012 em Água Branca-PB.

VERDURAS	Jerimum (<i>Cucurbita spp</i>); Cenoura (<i>Daucus carota</i>); Alface (<i>Lactuca sativa</i>); Batata doce (<i>Ipomoea batatas</i>); Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>); Tomate (<i>Lycopersicon esculentum</i>); Couve-flor - (<i>Brassica oleracea</i> variedade <i>botrytis</i>); Beterraba (<i>Beta vulgaris esculenta</i>); Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i>)
FRUTAS	Banana (<i>Musa paradisiaca</i>); Manga (<i>Mangifera indica</i>); Melancia (<i>Citrullus lanatus</i>); Mamão (<i>Carica papaya</i>); Laranja (<i>Citrus sinensis</i>); Melão (<i>Cucumis melo</i>); Goiaba (<i>Psidium guajava</i>)
HORTALIÇAS	Coentro (<i>Coriandrum sativum</i>); Cebola (<i>Allium cepa</i>); Pimentinha (<i>Capsicum spp</i>); Pimentão (<i>Capsicum annuum</i>); Cebolinha (<i>Allium fistulosum</i>)
GRÃOS	Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>); Fava (<i>Phaseolus lunatus</i>); Milho (<i>Zea mays</i>); Arroz (<i>Oryza sativa</i>)

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2013.

Em Água Branca-PB, as comunidades onde os/as agricultores/as moravam e produziam esses alimentos eram: Cabaceiro, Umburana, Bela Vista, Povoado Lagoinha,

Cachoeira Alta, Muritiba e Riacho do Meio. Todas essas comunidades estão localizadas na zona rural.

A produção dessas famílias após sua entrada no PNAE tornou-se bastante variada, pois antes de fornecerem alimentos para as escolas, sua produção concentrava-se no cultivo de feijão, milho, jerimum e melancia, como mostra a fala de Maracujá,

Minha vida melhorou mais um pouco porque se eu gastava tanto com a feira pra família, com esse dinheiro que eu ganhava do Programa, já servia pra ajudar. Era uma intera boa [...] antes eu só produzia milho e feijão, e jerimum quando eu produzia era tanto que eu jogava pra os porcos, mas hoje, eu passo tudo pra frente, tenho a quem vender uma parte que é pra o Programa e a outra pra feira. (Maracujá, Água Branca, 11/03/2014).

Dessa forma, ter a quem vender os produtos da agricultura familiar era algo importante que impulsionava a produção e trazia maior valorização do trabalho familiar. Maracujá descreveu como antes do PNAE o seu trabalho era desestimulante, pois o excedente produtivo era dado para os porcos, isso ocorria não de maneira planejada, mas porque não havia o que fazer com tal excedente. Depois do Programa essa realidade mudou um pouco, pois havia um mercado garantido, o qual exigia uma maior diversificação de produtos, proporcionando assim, a ampliação e a variedade da produção agrícola familiar, e, conseqüentemente, mudanças em sua rotina de trabalho que foi intensificada e lhes permitiu melhorar o orçamento familiar.

No município os/as agricultores/as entregavam as frutas, verduras, legumes e cereais para as escolas semanalmente, às terças-feiras pela manhã na Secretaria de Educação. Cada agricultor/a tinha direito a fornecer apenas três produtos. Esse foi um acordo estabelecido entre eles/as para que todos os/as agricultores/as cadastrados/as pudessem participar do Programa. Esse acordo não existia em Princesa Isabel-PB.

Nas escolas estaduais, a entrega dos produtos era realizada quinzenalmente, às terças-feiras pela manhã. Diferente da rede municipal de ensino, os alimentos eram entregues nas escolas e a administração de recebimento, pesagem e direcionamento dos produtos era realizada na própria escola pela Comissão de Recebimento⁴.

⁴ Comissão de Recebimento era o nome dado a um grupo de pessoas, presente em cada escola estadual dos dois municípios pesquisados, que recebiam os produtos.

A elaboração dos cardápios das escolas estaduais e municipais era realizada pelo nutricionista, respeitando-se a cultura alimentar da localidade e seguindo as recomendações nutricionais estabelecidas pelo PNAE.

A execução e o acompanhamento do PNAE no Município de Água Branca-PB eram realizados de forma centralizada. A prefeitura através da Secretaria de Educação realizava todo o processo de compra e distribuição dos alimentos. No entanto, durante esse processo, havia também, o envolvimento da Secretaria de Agricultura e da Empresa de Assistência Técnica Rural (EMATER), do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE).

De acordo com o que se observou em campo e, com base nas entrevistas realizadas com representantes dos três órgãos acima citados, um representante do CAE e de uma escola estadual; o trabalho referente ao andamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município ocorria de maneira articulada. Assim, quando perguntado sobre o funcionamento do PNAE, as respostas das pessoas envolvidas com a execução do Programa foram similares.

Tem a EMATER que desenvolve a questão da assistência técnica e a elaboração do projeto, acompanha os produtores nas plantações e no cultivo, até na entrega dos produtos e na tomada de preços. Tem a Secretaria de Agricultura que é a estrutura municipal, junto com a Secretaria de Educação que é a parte envolvida que recebe os produtos, e também o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável que é por onde passam essas propostas, os projetos (Técnico da EMATER, Água Branca, 26/03/2014).

A EMATER foi citada como um dos principais órgãos que contribuía com a execução do PNAE em Água Branca-PB. Ela acompanhava desde a produção dos alimentos até a elaboração dos projetos de compra e venda desses produtos, além de se articular com outros órgãos, a exemplo da Secretaria de Agricultura, Educação e o CMDRS.

O Programa ele é desenvolvido, no caso os produtos normais que não são produzidos pela agricultura familiar do município. No início do ano a gente abre um pregão para adquirir os produtos a partir do cardápio elaborado pelo nutricionista; vendo a questão da quantidade que a gente vai precisar durante o ano, então os recursos do PNAE não são suficientes e a prefeitura tem que complementar com alguns recursos [...] depois disso a gente começa a trabalhar, reúne o Conselho de Alimentação Escolar, apresenta o cardápio, discute e trabalha em parceria. Tem também o trabalho com os agricultores, que é feito também a chamada pública em parceria com a Secretaria de Agricultura e a EMATER. Quem prepara toda a papelada é a Secretaria de Agricultura. junto com o setor de licitação, e a gente só acompanha; e o projeto de venda quem faz é a EMATER [...] a parceria da Secretaria de Educação com a de Agricultura iniciou desde quando ficou estabelecido que

no mínimo 30% dos recursos deveriam ser comprados de produtos da agricultura familiar (Secretária de Educação em 2012⁵, Água Branca, 26/03/2014).

A atual Secretaria de Educação centralizava todas as ações do PNAE da rede municipal de ensino. Como se observou na fala da secretária, a obrigatoriedade estabelecida pela Lei 11.947/09 da compra de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar, promoveu uma maior interação entre as Secretarias de Educação e a de Agricultura.

A Secretaria de Agricultura faz o acompanhamento, a capacitação, o contato com os agricultores; a EMATER entra na elaboração do projeto de venda, assistência técnica; e a Secretaria de Educação faz o recebimento dos produtos toda semana, a pesagem e a distribuição para todas as escolas do município, como também a gestão dos recursos destinados à merenda escolar (Secretário de Agricultura, Água Branca, 26/03/2014).

A articulação entre esses órgãos mostrou-se importante para a efetivação do PNAE em Água Branca-PB. As falas acima descreveram as atribuições de cada instituição envolvida, sendo possível perceber que cada uma desenvolvia uma função específica, ao mesmo tempo contribuindo para a intersectorialidade do Programa.

As ações e parcerias em prol da execução do PNAE vinham ocorrendo desde o ano de 2009. De acordo com a ex-secretária de educação, essa forma de trabalho foi o que contribuiu para que em 2010, o município fosse contemplado com o prêmio de melhor gestão dos recursos do Programa.

O pessoal do MEC veio e passou dois dias visitando os agricultores, conversando com eles. Eram três senhoras que estavam fazendo as visitas. Acho que um dos fatores que mais contribuiu para que pudéssemos fazer um bom trabalho e ganhássemos o prêmio, foi esse trabalho em parceria entre a Secretaria de Educação, Agricultura, o CAE e a EMATER (Secretária de Educação em 2009, Água Branca, 26/03/2014).

Além dos órgãos acima citados, havia também o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) que atuava na fiscalização dos recursos e da qualidade da alimentação escolar e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) que validava os preços dos produtos da agricultura familiar e participava na avaliação dos projetos

⁵ Em Água Branca havia duas secretárias de educação que atuaram em períodos que eram relevantes para a pesquisa. Elas foram diferenciadas com os nomes ex-secretária e atual secretária, a partir do ano de sua atuação, ou seja, 2009 e 2012. No caso da denominação de atual secretária de educação tem como referência o ano base da pesquisa, 2012.

apresentados pelos agricultores encaminhados pela EMATER, tanto das escolas municipais quanto estaduais.

O CAE de Água Branca-PB atuava deliberando, acompanhando e fiscalizando a execução do PNAE. Ele se reunia mensalmente e contava com a participação de sete membros titulares e sete suplentes, a saber: um representante do poder executivo; dois representantes de entidades de docentes, discentes e representantes na área de educação; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes indicados por entidades civis organizadas.

Na rede estadual de ensino, o conselho que cuidava da fiscalização e acompanhamento do Programa era o Conselho Escolar. Cada escola tinha o seu conselho, o qual, além dessas atribuições, era encarregado de fiscalizar e acompanhar outros recursos que entravam na escola. Quando a diretora da escola estadual foi abordada sobre a gestão do PNAE na rede estadual ela respondeu o seguinte,

A gente recebe orientação direta da Secretaria de Educação do Estado, então, todo ano a gente recebe capacitação para gerir os recursos. Vem gente de João Pessoa para fazer essa capacitação e reúne a direção da escola e o Conselho, principalmente o presidente do Conselho [...] a EMATER é quem faz o cadastro dos agricultores e traz a tabela de preços, pela qual a gente se orienta antes de fechar os contratos com os agricultores (Diretora de Escola Estadual, Água Branca, 26/03/2014).

Como se observa na fala da diretora, nas escolas estaduais era a própria escola que recebia e administrava os recursos do PNAE, enquanto que nas municipais toda a administração era realizada pela Secretaria de Educação. O ponto em comum entre a rede estadual de ensino e a municipal consistia no apoio técnico da EMATER, que, em ambas, desenvolvia o trabalho de organizar os projetos de compra e venda dos produtos e fazia a pesquisa de preços para que essa fosse validada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e encaminhava para as escolas.

Ainda há um detalhe no funcionamento do PNAE nas escolas estaduais que segundo a diretora consistia na formação de uma Comissão de Recebimento dos produtos. Essa equipe fiscalizava os itens alimentícios, sendo formada por membros da escola.

É uma exigência da Secretaria de Educação do Estado, que a gente tenha que formar uma Comissão de Recebimento, então é ela que fiscaliza no momento da entrega dos produtos se eles são de qualidade e fazem a pesagem. Essa comissão é formada por uma merendeira, a inspetora da escola e um funcionário que não faça parte da equipe da merenda (Diretora de Escola Estadual, Água Branca, 26/03/2014).

Cada escola estadual tinha sua Comissão de Recebimento dos produtos entregues pelos/as agricultores/as. Diferente da rede municipal de educação, o PNAE nas escolas estaduais era descentralizado e a administração dos recursos era realizada pela diretora de cada escola, junto com o Conselho Escolar.

No tocante ao papel da EMATER, ela era responsável pelo assessoramento técnico dos/as agricultores/as. Esse órgão realizava palestras e capacitações sobre o Programa para os/as agricultores/as, além de assessorá-los/as na formulação dos projetos a cada renovação de contrato. Essas renovações na rede estadual ocorriam uma vez por ano, no entanto, na rede municipal, isso ocorria duas vezes.

A Secretaria de Educação do município de Água Branca era responsável pelo recebimento, pesagem e distribuição dos alimentos para todas as escolas da rede municipal. O acompanhamento desse processo, segundo o que se observou em campo e foi relatado pela equipe que estava recebendo os alimentos, era realizado pela nutricionista, pela secretária de educação, o coordenador da merenda e um representante do CAE.

A gestão do PNAE em Água Branca-PB, diante do que os/as representantes falaram aparentava ser bem executado. No entanto, existiam alguns detalhes nesse processo, que dificultavam a sua realização. Quando foram perguntados/as sobre a existência, ou não, de dificuldades no exercício das suas atribuições no Programa, os detalhes passaram a assumir características de problema, como mostra a fala do representante da EMATER,

É porque são vários programas ao mesmo tempo, não tem uma prioridade. Eu não posso me dedicar só ao PNAE, tem outras atividades dentro da extensão que terminam consumindo muito o tempo da gente e tem vezes que não tem como você acompanhar adequadamente o Programa. Temos uma demanda grande e poucos profissionais para dar conta de tudo (Técnico da EMATER, Água Branca, 26/03/2014).

As dificuldades apresentadas pelo técnico da EMATER revelam a fragilidade da assessoria destinada às/aos agricultores/as cadastrados/as no PNAE. Diante do que ele expressou, não havia possibilidades da EMATER dar uma assistência mais eficaz porque esse órgão sofria com a falta de profissionais para atender a todos os programas que precisavam de extensionistas rurais. Essa realidade pode ocasionar, em alguns momentos, a falta de assistência técnica ao/à agricultor/a, ou seja, a EMATER conseguia executar sua atribuição de

elaborar os projetos dos/as agricultores/as, mas tinha dificuldades em assessorar e acompanhar o processo de produção agrícola dessas pessoas cadastradas.

No caso da Secretaria de Educação de Água Branca, as dificuldades apresentadas pela secretária consistiam na qualidade dos produtos que eram adquiridos e na falta de empresas municipais, ou pelo menos, mais próximas do município capazes de fornecer produtos bons a baixo custo.

Dificuldade a gente tem [...] a nossa dificuldade maior é na aquisição dos alimentos tanto da agricultura familiar quanto do normal, porque sempre quando a gente abre o pregão a empresa que ganha é uma empresa de fora, no caso dos outros gêneros a empresa que tem ganhado é de Campina Grande, então é preciso a gente estar acompanhando, porque se a gente não tiver cuidado eles mandam produtos que não foram licitados. E na agricultura familiar é preciso a gente estar fiscalizando mesmo porque eles não têm a menor preocupação em estar colocando produtos de qualidade (...) (Secretária de Educação em 2012, Água Branca, 26/03/2014).

Essas dificuldades revelam o cuidado que a secretaria deve ter em estar observando a qualidade dos produtos alimentícios que chegam para as escolas, tanto dos produtos industrializados, quanto dos provenientes da agricultura familiar. Um dos principais apoios que a secretaria contava era o Conselho de Alimentação Escolar, que além de fiscalizar os recursos que entravam no município, também, fiscalizavam a qualidade dos produtos que eram entregues.

A atribuição do CAE é fiscalizar. Ver se a merenda vem de boa qualidade, se os produtos que são repassados se vêm, visitar as escolas, ver o controle da merenda, se está sendo seguido tudo que foi dito pelo nutricionista, a quantidade [...] em uma prestação de contas mensal [...] o CAE acompanha o desenvolvimento de todo esse processo. Somos nós que fiscalizamos [...] o nosso papel é ver se o dinheiro que entra na escola para alimentação está sendo empregado direitinho (Presidente do CAE, Água Branca, 26/03/2014).

No aspecto da fiscalização e controle da qualidade da merenda escolar, a presidente do CAE demonstrou a importância desse Conselho na execução do PNAE no município. Além da fala dessa representante, foi possível observar no decorrer da pesquisa que esse Conselho conseguia exercer suas ações fiscalizadoras e contribuir com a qualidade da alimentação escolar.

No tocante a Secretaria de Agricultura, suas dificuldades para executar o PNAE, descritas pelo secretário, consistiam primeiramente, na limitada quantidade de recursos e na dificuldade do município em ter acesso a alguns produtos que precisavam de um tratamento especial, a exemplo do leite.

[...] as dificuldades referem-se aos recursos que são muito poucos para a merenda escolar e também, existem muitas coisas que também a agricultura do município não fornece. Tem outras coisas que o município tem que comprar fora a exemplo de leite, que para merenda tem que ser pasteurizado, carne [...], mas não são tão relevantes a ponto de prejudicar o Programa (Secretário de Agricultura, Água Branca, 26/03/2014).

Como o secretário de agricultura apresentou o pouco recurso e a falta de alguns produtos fabricados no município, embora, dificultasse o trabalho da Secretaria de Agricultura, não se configurava em problema que prejudicasse o desenvolvimento do Programa. Esse secretário era o mesmo que atuara nessa secretaria em 2010, momento em que o município ganhou o Prêmio de Melhor Gestão dos Recursos do PNAE. As observações que ele fez também foram apontadas pela Ex-Secretária de Educação em 2009 de Água Branca. Ela afirmou que, “[...] a maior dificuldade que a gente tinha era com a questão dos recursos que eram poucos. A prefeitura sempre tinha que dar sua contrapartida” (Secretária de Educação em 2009, Água Branca, 26/03/2014).

Um dado relevante que chamou a atenção sobre o PNAE em Água Branca-PB refere-se ao prêmio que o município ganhou. Em 2010, Água Branca-PB, assim como, outros municípios do Nordeste, recebeu o Prêmio de Melhor Gestão dos Recursos do Programa regionalmente, fornecido pela Organização Não-Governamental (ONG) Ação Fome Zero.

A ONG Ação Fome Zero é uma associação civil que não possui fins lucrativos. Ela foi criada em 2003 e sua manutenção acontece por meio de contribuições de empresas. O objetivo da ONG consiste em elaborar e implantar projetos na área de segurança alimentar. Uma dessas ações é o Projeto Eficiente da Merenda Escolar, o qual, como o próprio nome aponta, busca dar destaque aos municípios com melhor desempenho na gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (BELIK; CHAIM, 2009).

Todas as prefeituras do país são convidadas a participar e concorrer a esse prêmio através do preenchimento de formulário, no qual devem constar alguns detalhes sobre a execução do Programa. De acordo com Belik e Chaim (2009), a avaliação, durante o processo de seleção, compreende em uma análise qualitativa e quantitativa das experiências apresentadas no formulário de inscrição. Em seguida é realizada a seleção das melhores gestões municipais do PNAE e uma visita aos municípios selecionados, de especialistas em nutrição e economia, representantes de associações e dos Conselhos de Alimentação Escolar, com o objetivo de verificar a veracidade das informações apresentadas.

Esse processo seletivo tem uma duração de aproximadamente oito meses e premia alguns municípios de cada região do Brasil. Sua última etapa consiste na cerimônia de premiação, realizada anualmente em Brasília. Esse evento conta com a presença de empresários, ministros de Estado, do/a presidente da República e do/a presidente da ONG Ação Fome Zero (BELIK; CHAIM, 2009).

Ter ganhado esse prêmio foi importante para o município porque valorizou o trabalho dos profissionais envolvidos com o Programa. No entanto, isso não acabou com os problemas vivenciados pelos/as agricultores/as durante o processo de produção e venda dos seus produtos. Antes de abordar essa questão faz-se necessário apresentar as escolas que eram beneficiadas pelo Programa no município.

A rede de ensino municipal de Água Branca-PB é composta por 20 escolas, sendo 19 com ensino fundamental e uma com ensino infantil. Essas escolas e sua localização foram apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 6 – Descrição das Escolas Municipais de Água Branca-PB.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ÁGUA BRANCA-PB	ENDEREÇO	ZONAS DE LOCALIZAÇÃO
E.M.E.F. Antônio Virgulino Batista	Rua Aldon Florência, nº 30	Zona urbana
E.M.E.F. Mãe Iaiá	Rua Sargento Florentino Leite, nº 24	Zona urbana
E.M.E.F. Inocência Sales	Sítio Mocó	Zona rural
E.M.E.F. Joana Batista das Chagas	Sítio Muritiba	Zona rural
E.M.E.F. Isídio Herculano da Silva	Sítio Olho D'Água	Zona rural
E.M.E.F. Manoel Gonçalves de Moura	Sítio Paizinho	Zona rural
E.M.E.F. Tiago de Oliveira Lima	Sítio Querido	Zona rural
E.M.E.F. Joaquim Minervino de Sousa	Sítio Riacho do Meio	Zona rural
E.M.E.F. Anízio Barbosa de Sousa	Sítio Santa Maria	Zona rural
E.M.E.F. Francisco Lopes da Silva	Vila Delmiro Barros	Zona rural
E.M.E.F. Delfino José dos Santos	Povoado Lagoinha	Zona rural
E.M.E.F. André Alves do Nascimento	Sítio Bela Vista	Zona rural
E.M.E.F. Maria de Lourdes Guilherme	Povoado Bom Jesus	Zona rural
E.M.E.F. Augusto dos Anjos	Sítio Bola	Zona rural
E.M.E.F. Gualterina Alencar Vidal	Sítio Canudos	Zona rural
E.M.E.F. Manoel Vicente Leite	Sítio Capim de Planta	Zona rural
E.M.E.F. José Gomes de Sales	Sítio Carapuça	Zona rural
E.M.E.F. Severino Firmino de Santana	Sítio Espuma	Zona rural
E.M.E.F. Francisco Alves da Silva	Sítio Glória	Zona rural
E.M.E.F. José Batista Dias	Sítio Lage D'Água	Zona rural

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Água Branca, 2013.

Como se pode observar no quadro acima, na zona urbana estão localizadas apenas duas escolas, a Escola Antônio Virgulino Batista e a Escola Mãe Iaiá. Na zona rural localizam-se 18 escolas. Embora essas escolas estejam um pouco distantes da Secretaria de Educação, o município distribuía⁶ os produtos da alimentação dos alunos em todas as escolas.

No período da manhã, a partir das sete horas, os/as agricultores/as traziam seus produtos dos sítios para a Secretaria de Educação do Município. Esse processo estendia-se até aproximadamente às nove horas, momento em que a equipe separava e encaminhava os alimentos para as escolas.

A Coordenadora da Merenda do município descreveu como esse procedimento vinha sendo realizado pela Secretaria de Educação: “A gente faz o levantamento da merenda por escola junto com o nutricionista. Ele faz o cardápio e a gente faz a sugestão da gente. O CAE também participa, e a gente faz a parte do recebimento, divisão e distribuição para as escolas” (Coordenadora da Merenda, Água Branca, 26/03/2014).

Como se percebe, havia todo um grupo de pessoas que era responsável pelo recebimento, divisão e entrega dos alimentos para as escolas. Tudo partia do cardápio elaborado pelo nutricionista. Esse cardápio servia de base para orientação da compra dos produtos aos/às agricultores/as.

O pagamento aos/às fornecedores/as dos produtos era feito na rede municipal de ensino, por meio de transferência de recursos direta para a conta dos/as agricultores/as, como está expresso na fala da secretária de educação abaixo.

Os recursos entram na conta, a gente acompanha a liberação pelo site do FNDE e, quando é liberado, a gente faz os pagamentos através de transferência bancária, vai direto para conta deles. Antes se fazia cheques e hoje não. Eles têm que abrir uma conta; passam o número da conta para a gente e no final de cada etapa, que a gente colocou para quatro semanas, juntamente com eles, a gente fecha quanto foi que ele vendeu, ver o valor, e a gente já faz a transferência direto para conta dele (Secretária de Educação em 2012, Água Branca, 26/03/2014).

Essa forma de pagamento realizada pela Secretaria de Educação era um pouco diferente da que era feita pelas escolas estaduais, pois, essas últimas, como se pode verificar na fala abaixo, trabalhavam com cheque.

⁶ As informações sobre o recebimento e a distribuição dos alimentos para as escolas foram construídas a partir das observações em campo e dos diálogos com a equipe responsável por esse processo de execução do Programa.

[...] o pagamento dos agricultores é mensal, a gente entrega por parcelas porque quando a gente faz um contrato com o agricultor, o contrato é por dez meses, que é o período letivo, de fevereiro a dezembro, e eles recebem em cheque [...]. Eu estou falando pela rede estadual, porque pelo que sei nas escolas municipais eles recebem [...] eles têm uma conta e vai direto para conta. Só que a rede estadual ainda não trabalha com conta, ainda é com cheque. A emissão das notas fiscais é por internet, a gente coloca o número da DAP deles, põe o CPF deles aí vai colocando os produtos que eles entregam e vê que eles já têm um cadastro. A EMATER é quem faz esse cadastro, bem antes deles participarem dessa entrega. Então já aparece o nome deles com toda a documentação, então a gente coloca os produtos que eles entregam aí a gente já emite a nota (Diretora da Escola Estadual, Água Branca, 26/03/2014).

Água Branca, contava com duas escolas estaduais que estão apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 7 – Descrição das Escolas Estaduais de Água Branca-PB.

NOME DA ESCOLA	ZONA DE LOCALIZAÇÃO
E.E. E. F. João Pereira dos Santos	Zona Rural
E.E.E.F.M. José Nominando	Zona Urbana

Fonte: 11ª Região de Ensino da Paraíba (2013).

As falas apresentadas ilustraram, com detalhes, como era realizado o processo de compra e distribuição dos produtos da agricultura familiar do PNAE em Água Branca-PB. Elas também apontaram algumas dificuldades que os órgãos municipais e estaduais enfrentavam para a realização dessa atividade. É importante relatar que, nas escolas municipais, a articulação para a execução do Programa era realizada pela Secretaria Municipal de Educação, CAE, CMDRS e EMATER. No caso da rede estadual de ensino, essa articulação era feita por meio das escolas estaduais, CMDRS, Conselho Escolar e EMATER.

Logo, resumidamente, é possível descrever a atuação desses órgãos da seguinte maneira:

- Secretaria Municipal de Educação, responsável por administrar os recursos do PNAE na rede municipal de ensino; comprar os produtos da agricultura familiar, receber, pesar e distribuir os alimentos para as escolas municipais, com base no número de alunos matriculados; fazer prestação de contas ao CAE.
- Conselho de Alimentação Escolar (CAE) realiza a fiscalização da entrada e saída de recursos do PNAE para a alimentação escolar; fiscaliza a qualidade dos produtos que chegam

para a merenda escolar e a sua distribuição; visita as escolas para averiguar a qualidade da merenda.

- EMATER mapeia os produtos da agricultura familiar do município; cadastra os/as agricultores/as familiares no Programa; constrói os projetos de compra e venda dos produtos da agricultura familiar; assessora no campo os/as agricultores/as, quando possível; faz a pesquisa de preços na feira livre para tabular os preços, que servem de base para a Secretaria Municipal de Educação e para as escolas estaduais comprarem os produtos; realiza reuniões com os/as agricultores sobre o Programa (no início de cada chamada pública), junto com a Secretaria Municipal de Educação e as escolas estaduais.
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) realiza a discussão e validação dos preços apresentados após a pesquisa da EMATER.
- Comissão de Recebimento atua apenas nas escolas estaduais, desenvolve todo o processo de recebimento e pesagem dos produtos da agricultura familiar. O pagamento dos produtos é feito por meio de cheque pela direção.
- Conselho Escolar, presente nas escolas estaduais é responsável pela fiscalização dos recursos e do andamento do PNAE, entre outros programas nas escolas.

3.2. O PNAE sob a ótica dos atores envolvidos com o seu processo de execução em Água Branca

Ao analisar os estímulos na agricultura familiar promovidos pelo PNAE em Água Branca-PB, verificou-se que, nesse município, há um forte entrosamento entre os órgãos envolvidos o que, em tese, poderia facilitar a promoção do desenvolvimento local. No entanto, durante o aprofundamento nas análises dos dados, alguns detalhes foram aparecendo o que permitiu observar que as transformações na vida dos/as agricultores não são significativas a ponto de mudar sua condição de vida.

Foi possível verificar, que embora, as ações vinculadas ao Programa procurem, como descreve Belik e Souza (2009) estimular o associativismo e a profissionalização das pessoas cadastradas no Programa, a realidade em Água Branca e/ou em Princesa Isabel, demonstrou que isso não aconteceu. Na verdade as pessoas estavam mais preocupadas em terem a quem

vender os seus produtos do que em se organizarem para produzirem em maior quantidade e qualidade.

Ao analisar as falas dos/as agricultores/as de Água Branca-PB sobre o que seria o PNAE, observou-se como categoria⁷ predominante (nas quatorze entrevistas realizadas) que “O Programa era bom, mas precisaria melhorar”. Dentro dessa categoria aglutinaram-se as falas em dois indicadores⁸ que serão apresentados a seguir.

O primeiro indicador, “Fonte de renda para os agricultores”, reúne nove falas que apresentam elementos e sentidos semelhantes, como fica ilustrado na fala de Acerola e Banana: “É um Programa que eu acho bom, né. Porque pelo menos tem uma fonte de renda pra os agricultores. É um Programa bom” (Acerola, Água Branca, 11/03/2014); “É bom, o Programa é bom, mas devia melhorar mais, né?” (Banana, Água Branca, 11/03/2014).

O PNAE é conceituado pelos/as agricultores/as como um Programa bom. Embora, tentassem, nenhum deles/as soube dizer o que significava a sigla PNAE; no entanto, tinham conhecimento de que era um Programa que possibilitava a produção para ser entregue às escolas e que isso lhes proporcionava alguma renda, porém, havia alguns aspectos que precisavam melhorar.

O segundo indicador: “Programa que ajuda agricultores e melhora a merenda escolar”, apresentou cinco falas, as quais foram ilustradas por Caju: “[...] é uma forma de tá ajudando o agricultor e de tá contribuindo com a merenda das escolas. É um Programa bom porque a gente já faz as feiras, planta pra vender na feira, então já fica aquela parte guardada pra você no fim do mês” (Caju, Água Branca, 11/03/2014).

O PNAE em seus aspectos normativos apregoa o incentivo à pequena produção e a garantia da compra de alguns dos seus produtos. Isso é uma dimensão importante para aqueles/as que dele participam. Na fala dos/as entrevistados/as esse caráter levou-os/as a conceituá-lo como um Programa bom, no entanto, quando se observa o conteúdo geral das

⁷ Categoria: Para realização da análise dos conteúdos das entrevistas, seguindo a técnica de Bardin (2004), as falas dos/as agricultores/as de Água Branca e Princesa Isabel foram agrupadas em categorias que reúnem grupos maiores de falas contendo elementos semelhantes.

⁸ Indicadores: A partir das falas presentes nas categorias, seguindo a mesma técnica de Bardin (2004), foram construídos indicadores, que consistem em grupos menores de falas que apresentam conteúdo semelhante. Logo, no texto as categorias e indicadores foram representados por uma ou duas falas. Estão nos apêndices os quadros com todas as falas dos/as agricultores/as organizadas em categorias e indicadores. Não foi possível categorizar a fala dos representantes das instituições que executavam o PNAE.

entrevistas, são perceptíveis algumas insatisfações por parte dos/as agricultores/as familiares, as quais serão abordadas neste tópico.

Uma das principais características do PNAE percebida neste trabalho foi a sua intersectorialidade. Ao mesmo tempo em que ele garante uma alimentação de boa qualidade para os/as escolares, consegue, também, articular o campo da produção agrícola. Em Água Branca, a sua execução dentro do formato estabelecido pela Lei 11.947/09, que estabelece as suas diretrizes e normas de funcionamento, iniciou-se em 2009, no entanto, o que teria motivado a participação dos/as agricultores/as nesse Programa? As respostas para essa questão possibilitaram a construção de duas categorias: a primeira reuniu dois indicadores e a segunda, apenas um.

A primeira categoria, “Aumento da renda familiar”, congrega treze falas. Dentre elas, nove estão presentes no indicador, “Já trabalhava na agricultura e tinha necessidade”. Uma das falas que ilustra esse indicador é a de Limão, “Porque a gente já vem trabalhando, né. Aí beneficia a mim e as crianças das escolas. A renda foi um dos principais motivos pra minha entrada, porque agente não temos condições, né. Trabalhar pra ter uma renda pra ver se pode fazer uma coisa melhor em casa, né, pelo menos comer melhor” (Limão, Água Branca, 11/03/2014).

Observa-se na fala de Limão que a possibilidade de aumento da renda familiar foi um dos principais motivos para sua entrada no Programa. Isso ocorreu também, com outros/as participantes, ou seja, a idéia apresentada de que eles/as iriam produzir e vender seus produtos por meio do PNAE permitiu que essas pessoas pudessem pensar em ter uma condição de vida melhor, incentivando-lhes a participar.

O outro indicador “Foi convidado/a” extraído da categoria “Aumento da renda familiar”, foi composto por quatro falas, “Entrei porque fui convidada e disseram que era bom pra o agricultor e a gente que mora no sítio precisa, né, e a gente tem que entrar em todas as coisas do governo que tiver, né, e ia entrar mais dinheiro aqui pra casa” (Manga, Água Branca, 11/03/2014).

Nas falas desse grupo aparece a necessidade do trabalho e da ampliação da renda. Tudo é pensado em prol da qualidade de vida da família. Dessa maneira, o convite para os/as agricultores/as participarem de algo benéfico para sua família era motivo suficiente para o seu envolvimento com o Programa. “Eu entrei porque aqui eu não tinha ganho. As meninas amigas minhas estavam trabalhando nisso e me convidaram, aí eu fui e entrei, pra ajudar, né,

em algumas coisa aqui. A gente às vezes ia vender as coisas e não tinha a quem vender, aí já ajudou um pouco, porque tinha a quem entregar as coisas” (Melancia, Água Branca, 11/03/2014).

É interessante mencionar a fala de Melancia quando ela afirma que o Programa proporcionaria um espaço garantido de vendas. Além de ter sido convidada por suas amigas, Melancia visualizou a oportunidade de ter trabalho e de ter a quem vender os seus produtos, o que lhe proporcionaria uma renda.

Nas perguntas sobre o motivo de participação dos/as agricultores/as no PNAE foi marcante a categoria “Aumento da renda familiar”, que reuniu treze falas. Esse foi o principal motivo que norteou a entrada dessas pessoas no Programa, no entanto, com o tempo, isso se tornou um ideal que não se concretizou tão integralmente como havia sido pensado no início do Programa, em 2009.

Mesmo o motivo da renda sendo predominante, entre as respostas construiu-se a categoria “Sem motivos” com o indicador “Renda baixa” representada por uma pessoa que disse não ter tido motivos para participar. “No começo era bom, mas agora não. Nada me motivou porque a renda que entra é tão pouca que tanto faz. É só um auxílio” (Cajá, Água Branca, 11/03/2014).

A fala de Cajá indica que ele/a não teria motivos para participar, porém, mesmo assim continuava participando. Sua permanência no Programa pode indicar que embora a renda adquirida seja baixa, há a garantia de todo mês ter aquele recurso.

Tem um detalhe na fala de Cajá que também foi verificado em vários momentos e em outras respostas: “no começo era bom, mas agora não...” Observou-se no conteúdo geral das entrevistas que os/as agricultores/as de Água Branca vivenciaram um momento propício para a produção agrícola, pois contavam com um ano bom de chuva, o que lhes garantiu água para o plantio. Além disso, devido ao número reduzido de agricultores/as que se cadastraram em 2009 para entregar produtos para as escolas, então os preços e a quantidade eram melhores.

Foi perguntado aos/as participantes da entrevista se eles/as haviam observado alguma mudança em suas vidas e na produção após sua entrada no Programa. As quatorze respostas construíram a categoria “Ocorreram mudanças”. Essa categoria apresentou dois indicadores, cada qual com sete falas.

O primeiro indicador foi, “Os benefícios promovidos pelo Programa foram interrompidos por causa da estiagem”. A fala de Goiaba, presente abaixo, apresenta os

elementos de mudança positiva na vida e na produção, mas depois o declínio por causa da falta de água.

Quando a gente começou era um ano muito bom de inverno tinha muita água, a gente plantava de tudo, aí devido a três anos de seca [...] aí a gente entrega tendo que comprar um pouquinho, só que não compensa. Quando eu iniciei passei a plantar mais coisa, mas aí com a seca [...] Quando não tinha, a gente comprava na feira e fornecia pras escolas (Goiaba, Água Branca, 11/03/2014).

A influência do ciclo pluvial para a produção no Município de Água Branca-PB foi preponderante. Havia uma grande dificuldade entre os/as agricultores/as em ter acesso à água para a produção.

As informações repassadas por Goiaba indicam que houve mudanças na sua vida e na produção após sua entrada no PNAE. Ela passou a produzir mais, e, conseqüentemente, teve um aumento em sua renda. No entanto, essas mudanças foram interrompidas pela falta de água, além de ter provocado um aspecto que fere os princípios e normas do Programa, ou seja, a compra de produtos a terceiros para fornecer às escolas. Melancia também retrata esse problema.

A minha renda aumentou mais, tive que produzir mais coisas porque as que eu tinha não estava dando conta, mas, tive que parar porque agora mesmo já vai fazer três anos sem chuva, aí isso atrapalhou porque sem água ninguém faz nada, né [...]. Na semana que tinha a gente levava e quando não tinha a gente comprava a algum produtor, que tinha, daquele pessoal que vendia junto com a gente mesmo, ou a algum agricultor que trabalha, mas que não entrega (Melancia, Água Branca, 11/03/2014).

Percebe-se na fala acima, que também está no indicador “Os benefícios promovidos pelo Programa foram interrompidos por causa da estiagem”, que havia um grande compromisso dos/as agricultores/as em fornecer os produtos. Mesmo que não tivessem os alimentos naquela semana, eles/as os adquiriam, por outros meios, para não quebrar o contrato estabelecido com a escola. Embora, isso os/as deixasse tranquilos/as por não falharem com o compromisso da entrega, essa prática desviava-se dos objetivos normativos do PNAE e, ao mesmo tempo, apresentava os limites do Programa e, simultaneamente, a ausência de políticas estruturantes para o semiárido paraibano.

Outro grupo de sete entrevistados/as apresentou como indicador, “Aumento da renda, diversificação da produção, melhoramentos nos equipamentos de produção e na propriedade”.

Logo, as respostas para as mudanças em suas vidas e produção após o PNAE foram representadas por Caju:

Sim, muitas. Por exemplo, antes eu fazia tudo na mão, aguava na mão e era o maior sofrimento. Eu fiquei inspirada para comprar um terreno para mim, que antes eu trabalhava em terra alugada, comprei motor [...] aumentou um pouco minha renda e eu juntei com outros ganhos que possibilitou essas mudanças [...]. Diversifiquei a produção porque eu acabei plantando coisa que antes eu não plantava e quando passou a aguação da mão pra o motor, aí aumentou a produção (Caju, Água Branca, 11/03/2014).

É importante esclarecer que esse grupo de sete pessoas, embora, também, sofresse os efeitos da grande estiagem, dispunha de acesso a uma maior quantidade de água vinda de poços artesianos ou amazonas e de açude, por isso, as mudanças em sua vida e produção foram mais sentidas.

Quando os/as entrevistados/as foram abordados/as sobre como eles/as avaliavam o PNAE, a categoria construída a partir das respostas agregou as quatorze falas. Coincidentemente a categoria construída foi: “Programa bom, mas precisa melhorar”, igual a categoria referente ao conceito do Programa, primeira pergunta aqui trabalhada. Essa categoria, sobre a avaliação do PNAE, desmembra-se em três indicadores que revelam muitos detalhes sobre as dificuldades para os/as agricultores/as estarem fornecendo seus produtos.

O primeiro indicador, “Necessita dar suporte para o agricultor durante a estiagem”, reuniu quatro falas que foram representadas por Banana e Manga: “O programa é bom. O negócio é porque eu acho que devia ter mais [...] uma ajuda deles nesses momentos de seca, porque tem vez que a gente não tem como produzir por falta de água, e quando a gente vai entregar é coisa pouca e o preço lá em baixo” (Banana, Água Branca, 11/03/2014).

Percebe-se na fala de Banana alguma insatisfação sobre a falta de programas que auxiliem os/as agricultores/as familiares no período de escassez hídrica, assim como, sobre a quantidade e o preço dos produtos, que em sua visão é pouco, – os preços são tabelados a partir de uma pesquisa de preço de mercado no momento da assinatura do contrato e são fixos para aquele período: 10 meses. Obviamente que oscilará durante este período. Subirá e baixará de acordo com os preços de mercado - Essa mesma insatisfação fica expressa na fala de Manga: “É um bom programa porque a gente tem certinho todos os meses aquele dinheirinho. Agora só falta ter água pra gente produzir. O governo devia ver essas coisas de falta de água” (Manga, Água Branca, 11/03/2014).

É importante ressaltar que embora, na opinião dessas pessoas o PNAE tenha essas falhas, ele não deixa de ser um bom Programa. Mesmo com essas dificuldades, ainda os/as participantes da entrevista avaliam bem esse Programa e chamam a atenção do governo para criar as condições que lhes permitam continuar a produção mesmo durante o período de estiagem.

Outro indicador, “Incentiva os agricultores a plantarem mais, melhorarem a produção e os pagamentos não atrasam”, agrupou cinco falas. Nele ficou evidente, a partir do olhar do/as agricultores/as, as “várias qualidades” do Programa: “Esse Programa aqui tá desenrolando muito, tá sendo dada continuidade, os pagamentos não atrasam. Às vezes pode atrasar um pouco [...], mas sempre eles botam em dias [...] é um incentivo pra gente produzir” (Acerola, Água Branca, 11/03/2014).

Essa fala demonstra o quanto a certeza de uma renda pode incentivar os/as participantes a produzir mais. Pinha também ressalta em sua avaliação sobre o Programa a satisfação que os/as agricultores/as têm com a abertura de outro espaço de venda para seus produtos: “É um Programa bom porque antes eu só vendia na feira e aquele pouco que a gente deixava, já entregava pras escolas e aumentava um pouco a renda (...) dá motivo pra gente plantar outras coisas” (Pinha, Água Branca, 11/03/2014).

Foi possível observar durante o percurso da pesquisa, que pairava, entre todas as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento do PNAE, um discurso um pouco idealizado. Ficou claro que o Programa era bom, mas essa visão em muitos momentos ficava perdida quando do aprofundamento da entrevista, algumas pessoas revelavam detalhes, que se tornavam problemas o que inviabilizava a participação dos/as agricultores/as.

A fala de Cajá a seguir deixa claro esse sentimento de inviabilidade. Ela faz parte do indicador: “A quantidade de produtos é pouca e os preços são baixos”, composto por cinco respostas sobre a avaliação do PNAE: “É um bom Programa, mas tem que melhorar nos preços e na quantidade, porque pra gente sair daqui pra entregar dois, três quilos não dá não” (Cajá, Água Branca, 11/03/2014).

O relato acima indica a forma como os/as agricultores/as viam a execução do Programa nos aspectos relacionados aos preços e a definição da quantidade dos produtos distribuídos por cada um/a deles/as.

Na realidade, o Secretário de Agricultura descreve com detalhes os critérios para definição dos preços e a quantidade dos produtos. Após os “esclarecimentos” percebeu-se que

embora houvesse insatisfação entre os/as agricultores/as, entre os executores do Programa no município, o critério aplicado era justo, como se pode observar na fala abaixo.

Os preços a gente trabalha da seguinte forma, fazemos uma tomada de preços na feira, depois que a gente recebe o cardápio dos produtos que serão adquiridos a gente faz uma pesquisa de preços em cima desses produtos. Depois disso, a gente leva essa tomada de preço para o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do município que avalia para mais ou para menos esses preços (...) a aprovação dos preços passa pela apreciação do Conselho. Depois que ele aprova, é colocado em Ata e a gente começa a executar esses preços. Os preços são discutidos produto por produto (...) a Prefeitura só compra um produto se tiver sido aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e tiver registrado em Ata. Esse Conselho é formado 80% por representantes de associações comunitárias da zona rural. Temos também a participação da EMATER, Igreja Católica, Igreja Evangélica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Central das Associações [...] então os representantes das associações que são das comunidades rurais podem estar falando em nome dos agricultores (...). Referente a quantidade, para não excluir ninguém, a gente trabalha assim, vamos dizer que a gente esteja precisando de 400Kg de banana e temos 10 agricultores produzindo banana no município, a gente vai e divide os 400Kg pelos 10, então cada um vai poder colocar 40Kg por semana. Fazemos isso aqui com todos os produtos [...] Se tiver 50 produtores de algum produto e estivermos precisando de 50Kg, então cada um vai entregar apenas 1Kg, ninguém tem mais direito do que outro no Programa. Todos são iguais (Secretário de Agricultura, Água Branca, 26/03/2014).

Apesar de o município ter a intenção de contemplar o maior número possível de agricultores/as, não havia uma demanda de alimentos que compensasse, financeiramente, a participação dos/as agricultores/as. Era complicado para os agricultores/as deixarem um dia de trabalhado no campo, pagarem passagem e irem até a cidade para a entrega de poucos produtos.

Outro detalhe que foi apresentado na fala de Cajá e ressaltado, a seguir, na fala de Umbu, refere-se aos preços. Há também entre os/as agricultores/as grande insatisfação sobre os preços dos produtos.

Ele precisa melhorar mais um pouco, no lado da quantidade e do preço das coisas, né. Os produtos que a gente entrega é pouco; não dá pra mudar nossa vida, na verdade é mais uma interinha [complemento], é mais uma ajuda, mas não é suficiente não. [...] No tempo da seca a gente comprava os alimentos na feira e entregava pras escolas, às vezes nem compensava (Umbu, Água Branca, 11/03/2014).

A falta de água retorna como um impedimento para a produção. Como Umbu relatou, era complicado produzir para vender pouco, a baixos preços e em muitos momentos

enfrentando dificuldades para produzir e, ainda, tendo que comprar os produtos para repassar para as escolas. Todo esse problema seria uma deficiência na estruturação do PNAE ou em sua execução? Para tirar essa dúvida, perguntou-se aos agricultores/as o que eles/as achavam da forma de execução do PNAE no município e os dados revelaram que a insatisfação deles/as era referente à forma de execução do Programa. Logo, duas categorias foram construídas, cada qual com sete falas.

A primeira, “Não está bom”, foi subdividida em dois indicadores. O primeiro: “Realizam a pesquisa de preços com feirantes de fora do município que não são agricultores familiares”, apresenta apenas uma fala,

Eu sei, como eles dizem, que é pra entregar o que a gente planta [...] mas eles deviam dar mais valor ao que a gente planta, porque o Programa é pra plantar e ter aquele produto, mas porque a gente planta é obrigado a gente passar pra eles de graça? É não. Esse ano quem determinou os preços foi o pessoal da secretaria com o conselho, eu digo, o conselho é agricultor ou planta? O conselho anda na feira? Porque eu acho que eles deviam ter uma opinião da gente também, nera. [...] No ano que disse assim, todo mundo comece a plantar, eu já estava com um partido de banana e tava todo começando a botar, aí foi quando bateu a seca e morreu tudo. [...] então eu acho que eles devia determinar esses preços junto com a gente, né. Não fazer lá por trás e já vir logo com o preço. Desse jeito eu não acho o desenvolvimento bom. Eles fazem as pesquisas dos preços com gente que vem lá de fora, que tem banca grande, que vão pegar os produtos lá na CEASA em Campina Grande, Patos, Petrolândia, nesses cantos baratos que tem muito produto, ne. Eles não fazem essas pesquisas com a gente (Banana, Água Branca, 11/03/2014).

O/A agricultor/a entrevistado/a demonstrou toda a sua insatisfação sobre a execução do Programa no município e apresentou elementos em sua fala, que estavam subtendidos em questões anteriores, ou seja, há sim uma compreensão sobre como deve ser o andamento do PNAE. Eles/as sabem que é para plantar e vender os seus produtos por meio do Programa às escolas, no entanto, os baixos preços e a falta de consulta aos/às agricultores/as sobre os valores dos produtos têm gerado muita insatisfação entre eles/as.

Cabe ressaltar que tecnicamente quem analisa e valida esses preços são as pessoas que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esse Conselho, de acordo como o Secretário de Agricultura e com o representante da EMATER é composto em sua maioria por representantes de associações das comunidades onde esses/as agricultores/as moram. No entanto, os/as agricultores não se sentem representados/as por esse Conselho, pois os seus interesses não estão sendo garantidos.

Outro detalhe que Banana apresentou em sua fala refere-se à pesquisa de preços que é feita antes da validação pelo Conselho. Essa pesquisa quem realiza é a EMATER e pelo que Banana demonstra, é inviável essa pesquisa ser realizada com feirantes que não são agricultores/as familiares, pois esses/as compram os produtos a baixos preços em locais distantes e se apresentam com uma concorrência injusta perante a produção agrícola familiar local.

Percebeu-se que há entre os/as agricultores/as uma insatisfação referente a muitos detalhes na execução do PNAE em Água Branca, como fora apresentado na fala de Banana. No entanto, quando o secretário de agricultura foi indagado sobre isso, se percebeu que ele desconhecia tal insatisfação, o que evidencia que a percepção dos atores é diferenciada, pois, depende do lugar de poder (fala) de cada um.

Com certeza, a maioria é satisfeita tanto na forma da distribuição da compra como com o preço [...] porque não é o secretário de educação ou o de agricultura que faz os preços; quem define os preços é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, todas as comunidades estão representadas no Conselho. [...] esses preços a gente bota em discussão e votação, então eles têm a possibilidade de falarem sobre esses preços e colocarem para mais ou para menos [...] aqui no município nós fazemos duas chamadas, uma no início e outra no meio do ano, justamente por conta da variação dos preços (Secretário de agricultura, Água Branca, 26/03/2014).

A discussão feita pelo Secretário descreve um ambiente democrático composto por representantes de várias comunidades rurais de Água Branca, que decidiriam questões importantes sobre os preços dos produtos a serem vendidos para as escolas, porém, tal descrição apresenta apenas elementos técnicos sobre o processo de definição dos preços.

Quando se conversou com os/as agricultores/as, percebeu-se que ele/as não se sentem representados/as e contemplados/as com as decisões do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, gerando assim, insatisfação entre eles/as.

O outro indicador, “A quantidade de entrega dos produtos é pouca e o preço é baixo”, ainda pertencente à categoria, “Não está bom”, reuniu seis falas. Ressalte-se que essa categoria refere-se à execução do PNAE no município.

O Programa é bom, mas essa forma de desenvolver não está sendo bom não [...] Primeiro no preço, porque abaixou muito e, o ano passado tinha gente que só entregava dois quilos de mamão, isso compensa? Pagar transporte [...] sair pra entregar um quilo de coentro, dois quilos de mamão ou três [...] banana, eles só querem prata ou maçã e é dois e cinquenta o quilo; e na feira é cinco reais uma dúzia de banana maçã. Eles não querem mais a banana

casca verde. Como é que isso melhora? [...] Esse ano pra determinar os preços eles se reuniram com o conselho que tem os presidentes das associações dos sítios e o secretário de agricultura [...] só que não convidaram nenhum dos agricultores pra saber se a gente apoiava esses preços. Não disseram o porquê de abaixar os preços [...] O certo era perguntar aos agricultores se eles concordam ou não com os preços [...] e eles disseram que a gente não era obrigado a entregar, o preço era aquele, a gente entregava se quisesse. Tanto fazia, o preço era aquele (Goiaba, Água Branca, 11/03/2014).

Goiaba apresenta muitos elementos em sua fala que, além de ressaltar o que Banana dissera, detalha as dificuldades para a entrega dos produtos. Novamente verifica-se que eles/as não se sentem representados/as pelo CMDRS. Sua permanência no Programa ocorre simplesmente porque a renda que eles/as ganham na feira, não é suficiente para a manutenção da família, logo, aquelas pessoas que permanecem realizando as entregas, assim o fazem por necessidade econômica.

É importante ressaltar que há diferenciação nos grupos de fala, pois enquanto alguns acham que a renda proveniente do Programa é insignificante, outros já encaram isso de maneira diferente como foi o caso de Goiaba, ou seja, as opiniões sobre o elemento renda variaram entre os/as entrevistados/as.

As mudanças que vieram ocorrendo durante a execução do PNAE em Água Branca, de acordo com o que se observou nas entrevistas, fizeram muitos/as agricultores/as desistirem do Programa.

Olhe, teve muita gente que saiu do Programa porque acharam os preços muito baratos [...] tem gente que vem de longe, pagando transporte, aí às vezes precisa comprar fora aí pra entregar bem pouquinho não compensa. [...] Pra melhorar tinha que aumentar mais o preço. [...] cada um entrega sua mercadoria (Acerola, Água Branca, 11/03/2014).

Os motivos de desistência são os mesmos que deixam aqueles/as que permaneceram insatisfeitos/as e de certa maneira, revoltados/as com o que vem acontecendo. Esse último questionamento reuniu todos os detalhes que iam se apresentando durante as observações de campo e as entrevistas. Não ficam dúvidas que a estrutura do PNAE é interessante para os/as escolares e os/as agricultores/as familiares, no entanto, a sua forma de execução, de acordo com a fala dos/as agricultores/as, não tem lhes beneficiado como ocorrera no início do Programa em 2009.

A segunda categoria referente a forma de execução do PNAE foi, “Está bom, mas precisa melhorar” permitiu a construção do indicador: “A forma de fazerem as reuniões e os

pagamentos está bom”, com sete falas que foram exemplificadas por Pinha: “O jeito deles fazerem as reuniões e de divulgarem pra gente participar tá bom, mas eles deviam aumentar mais o preço e a quantidade que tá pouco” (Pinha, Água Branca, 11/03/2014).

Os processos de execução do PNAE referentes à divulgação das reuniões e aos pagamentos foram considerados como bons por alguns entrevistados. A fala de Pinha ressaltou isso. No entanto, a insatisfação sobre o preço dos produtos ainda permanece, como descreve Melão.

Acho que é bom. Os pagamentos, o horário e os dias da gente entregar, e agora melhor ainda, porque mudou para as segundas, e se a gente não tiver a gente já compra no sábado para entregar na segunda. Se chegar aquele dia da entrega e a gente não tiver o produto, a gente compra e entrega lá pra não faltar. Compra no mercado público (Melão, Água Branca, 11/03/2014).

A falta de produção no estabelecimento familiar e a compra do produto nas feiras livres para cumprir com a entrega na escola é recorrente entre os/as agricultores/as. Embora eles/as estejam agindo fora dos padrões estabelecidos pelo PNAE, eles cumprem com o contrato e não deixam que o produto falte.

Também foi possível observar em Água Branca as mudanças ocorridas por meio do PNAE na produção dos/as agricultores/as familiares. Essas mudanças ocorreram, principalmente, na diversificação dos produtos, pois diante da proposta do Programa, aqueles/as que entregavam alimentos viram-se influenciados/as a produzir outros produtos.

Além da diversificação, percebeu-se na maioria dos casos que os/as agricultores/as aumentaram a produção, pois além de vender na feira, tinham também, que entregar para as escolas.

Referente à qualidade de vida, de acordo com o que se observou na fala dos/as entrevistados/as poucas mudanças ocorreram. Na verdade, o que mais foi citado foi a ampliação da renda, que embora pouca, havia aumentado em comparação ao período anterior ao PNAE.

Durante as entrevistas surgiu, com regularidade, a referências aos três anos de seca: 2011, 2012 e 2013, que trouxeram sérias conseqüências para a rotina produtiva dessas famílias. Cultivos foram perdidos por falta de água, e, muitos/as agricultores/as para cumprirem com os contratos de entrega, elaboraram uma nova estratégia que foi a de comprar os produtos nas feiras para entregar nas escolas. Enfim, a estiagem desestruturou muitos/as agricultores/as, no que se refere ao cultivo de frutas e hortaliças para o Programa.

Destaque para a insatisfação dos/as agricultores/as em relação aos preços e a quantidade dos produtos que eram contratados. Algumas entrevistas fizeram referência ao início do Programa em 2009 e 2010 como um bom momento. Isso ocorreu porque a quantidade de pessoas que se cadastrou era pequena, pois muitas o desconheciam, e por isso, temiam a perda de alguns Benefícios Assistenciais, como o Bolsa Família. No entanto, com o tempo foram compreendendo melhor e participando. Visto que a política do município é atender a todos/as os/as agricultores/as que queiram participar, então a quantidade de produtos teve que diminuir para que todos/as pudessem participar.

Percebeu-se durante a pesquisa um trabalho articulado entre as Secretarias de Educação, Agricultura, EMATER, CMDRS e CAE. O mesmo se dava nas escolas estaduais entre a Comissão de Recebimento da Merenda, o Conselho Escolar e a Direção. Isso facilitava a execução do Programa nas redes de ensino municipal e estadual, como também, a garantia de uma alimentação de qualidade para os/as escolares.

É importante destacar que independente da forma de execução do PNAE ou do nível de satisfação dos/as agricultores/as envolvidos/as, o fornecimento e a qualidade da alimentação escolar eram mantidos.

3.3. O PNAE em Princesa Isabel (PB)

O PNAE em Princesa Isabel-PB, mesmo com a aprovação da Lei 11.947/09, que estabeleceu as diretrizes e normas de funcionamento do Programa, foi implantado apenas na rede estadual de ensino. A rede municipal ainda não conseguiu adequar-se às novas recomendações do Programa que vem ocorrendo desde 2009.

O desenvolvimento do PNAE em Princesa Isabel apresentou realidade um pouco diferente de Água Branca. O Município conta com um total de 24 escolas municipais, a saber:

Quadro 8 – Descrição das Escolas Municipais de Princesa Isabel-PB.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE PRINCESA ISABEL-PB	ENDEREÇO	ZONA DE LOCALIZAÇÃO
E.M.E.F. Carlos Alberto Medeiros Duarte Sobreira	Bairro Maia	Urbana
E.M.E.F. Nossa Senhora do Rosário	Bairro da Saudade	Urbana
E.M.E.F. Professora Alice Maia	Conj. Hab. Aluizio Pereira	Urbana
E.M.E.F. José Sobreira Guimarães	Sítio Gavião	Rural
E.M.E.F. Antônio Rodrigues de Medeiros	Sítio Carneiro dos Medeiros	Rural
E.M.E.F. Virgulino José Ferreira	Sítio Escorregada	Rural
E.M.E.F. Prof ^ª Maria do Socorro Diniz	Sítio Cabeça do Porco	Rural
E.M.E.F. Professora Eliza Mendes	Sítio Macacos	Rural
E.M.E.F. João Madeiro	Sítio Cachoeira de Minas	Rural
E.M.E.F. Maria do Carmo Pires Diniz	Sítio Entre Montes	Rural
E.M.E.F. Manoel Alexandrino Ferreira	Sítio Várzea da Cruz	Rural
E.M.E.F. Sítio Alegre	Sítio Alegre	Rural
E.M.E.F. Sítio Nova Olinda	Sítio Nova Olinda	Rural
E.M.E.F. Acadêmico José Severiano Diniz	Sítio Lagoa de São João	Rural
E.M.E.F. José Rodrigues Maia	Sítio Macambira de Lagoa de São João	Rural
E.M.E.F. Dionísio Pedro de Oliveira	Sítio Macambira dos Dionísios	Rural
E.M.E.F. Antônio Bezerra da Silva	Sítio Serrinha	Rural
E.M.E.F. José Caboclo da Silva	Sítio Trincheira	Rural
E.M.E.F. João Benedito Ferreira	Sítio Lagoa da Fazenda	Rural
Creche Comunitária Inês Diniz	Bairro Frei Ibiapina	Urbana
Creche Unidade 3	Povoado Várzea	Rural
Creche Unidade 4	Sítio Lagoa da Cruz	Rural
Creche Unidade 5	Bairro do Cruzeiro	Urbana
Creche Unidade 6	Bairro Maia	Urbana

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Princesa Isabel, 2013.

A rede de ensino municipal de Princesa Isabel-PB, segundo observações em campo, não comprava os produtos da agricultura familiar como determina Lei 11.947/09. O Conselho de Alimentação Escolar do município estava desarticulado. A Secretaria Municipal de Educação vinha trabalhando através de reuniões com a EMATER, CAE e agricultores com o intuito de por em prática o que estava previsto no Programa desde 2009, no entanto, esse trabalho aparentava ser ineficaz.

Um dos principais fatores que inibia a implantação e execução do Programa era o fluxo rotativo de representantes executivos na política local. Por consequência, havia também, uma constante entrada e saída de secretários de educação, entre outros, o que gerava a descontinuidade do processo de organização municipal para a implantação do PNAE. Ao

entrevistar um/a representante da EMATER que é um dos órgãos de execução do Programa, confirmou-se aquilo que já vinha sendo observado em campo.

A princípio nós pensávamos que era por causa das mudanças de prefeito e sai muito secretário. A gente já se reuniu, acho que três ou quatro vezes, com quatro ou cinco secretários diferentes, aí eu acreditava no princípio que era por causa dessas mudanças, aí quando eles entram para se adaptarem com esse Programa, mas agora está complicado porque a gente já fez várias reuniões, já apresentou os produtos que tem; aí eles só ficam dizendo, ‘não a gente vai fazer, a gente vai tentar implementar’, mas até agora nada (Técnica da EMATER de Princesa Isabel, 05/04/2014).

Pode-se observar na fala dessa técnica que além da rotatividade dos/as representantes políticos, havia também, um protelamento para o desenvolvimento do Programa na rede municipal, pois, várias reuniões foram feitas, mas sem desdobramentos práticos para implantação do PNAE no município.

Ao entrevistar essa técnica ficou evidente que ela fala com propriedade sobre as suas funções/atribuições em relação ao Programa em Princesa Isabel-PB: “[...] eu realizo reuniões com os agricultores e a articulação entre eles e as escolas para que os produtos sejam fornecidos” (Técnica da EMATER de Princesa Isabel, 20/01/2014).

Dentre as dificuldades que a representante da EMATER destacou, retorna o problema com as escolas municipais.

Eu acredito que o único empecilho que a gente tem encontrado até agora, foi justamente essa questão do PNAE no município [...] a questão de técnico a gente sabe que nós trabalhamos aqui apenas com dois para estar dando assistência, poderia ter mais, a gente precisaria de mais (Técnica da EMATER de Princesa Isabel, 05/04/2014).

Um aspecto da fala acima citada, observado anteriormente em Água Branca-PB, refere-se ao número limitado de profissionais na EMATER. Essa é uma realidade que traz como consequência, a pouca assistência técnica aos/às agricultores/as do município, o que pode vir a comprometer a qualidade no cultivo dos produtos para a alimentação escolar.

O processo de execução do PNAE em Princesa Isabel é semelhante ao de Água Branca, o que difere é a ausência da compra dos produtos da agricultura familiar para as escolas da rede municipal de ensino, ficando essas compras restritas às escolas estaduais,

As escolas lançam o edital todo ano, tendo por base a compra de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar, então os agricultores interessados procuram a EMATER para que eles façam o projeto de venda, dão seus preços [...] e levam o projeto de venda para conversarem com os diretores

numa reunião que é marcada para dois dias. No primeiro dia é explicado sobre o Programa, eles trazem o projeto de venda e vão debater a questão dos preços, e na outra reunião já decide tudo e assina o contrato (Coordenadora Regional do PNAE nas escolas estaduais, Princesa Isabel, 05/04/2014).

Há todo um envolvimento de organizações sociais e órgãos governamentais na execução do PNAE. Cada qual tem uma função no processo, sem a qual ficaria inviável o andamento do Programa. A representante da EMATER detalha ainda mais como tudo isso ocorre.

Ele é desenvolvido através da EMATER, das escolas estaduais e dos agricultores. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável entra na questão da validação dos preços, o Conselho Escolar na fiscalização da qualidade dos produtos para a merenda. A gente faz aqui os projetos por grupos, esses projetos não são individuais. Por exemplo, quem produz carne, a gente vai e faz um grupo só para fornecer carne; as hortaliças já é outro grupo, e assim por diante. Quem faz a administração dos recursos para o pagamento dos agricultores é a própria escola através da direção (Técnica da EMATER de Princesa Isabel, 05/04/2014).

O trabalho em grupo promovido pelo Programa aparentava ser interessante, pois incentivava a organização dos/as agricultores/as. No entanto, mesmo os projetos sendo feitos em grupos com afinidades produtivas, a organização dos/as agricultores/as não acontecia, tanto em Princesa Isabel ou em Água Branca. Não se observou em nenhum desses dois municípios a organização de alguma cooperativa ou mini fábrica coletiva. Na verdade cada um trabalhava isoladamente na propriedade e fornecia a quantidade de produtos que lhe cabia, sem com isso haver preocupação com o outro.

Em Princesa Isabel, desde o ano de 2010, as escolas estaduais vinham trabalhando com o auxílio da EMATER para adquirir os produtos da agricultura familiar da localidade. Não havia no município nenhuma ação da Secretaria de Agricultura direcionada para o PNAE. As ações dessa secretaria, pelo que se observou nas informações colhidas na EMATER e na 11ª Região de Ensino, eram pouco articuladas com a proposta do Programa. Apenas a EMATER vinha agindo, apesar da dificuldade por causa do limitado número de profissionais, através de apoio técnico aos/às agricultores/as, na organização e no cadastramento dos/as mesmos/as.

No município de Princesa Isabel-PB o número de escolas estaduais correspondia a cinco. Observe-se que essa quantidade era inferior ao número de escolas municipais.

Quadro 9 – Descrição das Escolas Estaduais de Princesa Isabel-PB.

NOME DA ESCOLA	ZONA DE LOCALIZAÇÃO
E.E. E. F. Marçal Lima Neto	Rural
E.E. E. F. Ministro Alcides Vieira Carneiro	Urbana
E.E. E. F. M. Nossa Senhora do Bom Conselho	Urbana
E.E. E. I. E. F. Prof ^{ra} . Iracema Marques de Lima	Urbana
E.E.E.F.N. Gama e Melo	Urbana

Fonte: 11ª Região de Ensino da Paraíba, 2013.

O recebimento, pesagem e pagamento dos produtos dos agricultores em Princesa Isabel, também, eram realizados pelas próprias escolas estaduais, através da Comissão de Recebimento e da diretora que ficava responsável pelo pagamento aos agricultores/as. Referente ao cadastramento dos/as agricultores/as no PNAE, o mesmo era realizado pela EMATER.

O total de agricultores cadastrados em Princesa Isabel-PB correspondia a 12. Desse total, 06 cadastraram-se no Programa em 2010, os outros 06 só participaram em 2012. Em 2011, não houve adesão de nenhum agricultor por causa da falta de água no município. Foi possível entrar em contato apenas com 10 agricultores/as.

Todos/as os/as 10 agricultores/as cadastrados/as no PNAE eram do gênero masculino e as idades eram diversas, variando entre 21 e 60 anos. A tabela 2 apresenta, detalhadamente, as características socioeconômicas desses agricultores.

Tabela 2 – Caracterização socioeconômica dos Agricultores de Princesa Isabel-PB.

GÊNERO	Nº DE PARTICIPANTES
Masculino	10
Feminino	0
TOTAL	10

IDADE	Nº DE PARTICIPANTES
21 a 30 anos	1
31 a 40 anos	3
41 a 50 anos	3
51 a 60 anos	3
TOTAL	10

ESTADO CÍVIL	Nº DE PARTICIPANTES
Casado/a	8
Separado/a	1
Viúvo/a	1
TOTAL	10

ESCOLARIDADE	Nº DE PARTICIPANTES
Ensino Fundamental Incompleto	9
Ensino Fundamental Completo	1
TOTAL	10

PRINCIPAL FONTE DE RENDA	Nº DE PARTICIPANTES
Agricultura + Bolsa Família	6
Agricultura + Comércio de Carnes + salário de funcionário público	2
Agropecuária + Bolsa Família	1
Agricultura + Bolsa Família + Pensão do INSS	1
TOTAL	10

ATIVIDADE EXERCIDA ALÉM DA AGRICULTURA	Nº DE PARTICIPANTES
Comércio de Carnes	4
Venda de frutas e verduras na feira local	6
TOTAL	10

Fonte: EMATER e formulário construído pela pesquisadora, 2013.

Assim como se verificou em Água Branca, em Princesa Isabel as informações indicam que o público do PNAE é formado, em sua maioria, por pessoas casadas, com o Ensino

Fundamental incompleto; que valorizam unidade familiar à medida que a principal fonte de renda é a atividade agrícola associada ao Programa Bolsa Família.

Entre os entrevistados apenas 04 exerciam outro tipo de atividade: o comércio de carnes (os bois eram criados em suas propriedades, mas também eram comprados a outros criadores). Os demais: 06 dedicavam-se integralmente à agricultura, e vendiam seus produtos na feira local, o que apontava para a necessidade de ações públicas que valorizassem o trabalho agrícola, para que esses agricultores, dentre outros, conservassem seus trabalhos no campo, e, conseqüentemente, melhorassem a qualidade de vida, evitando assim, o êxodo rural.

O dado escolar dos agricultores em Princesa Isabel foi preocupante, pois esses homens não chegaram a concluir o Ensino Fundamental, o que dificultava o processo de organização e diálogo com o poder público municipal, para adquirir produtos da agricultura familiar para as escolas do município. Dessa forma, embora eles demonstrassem insatisfação por não estarem vendendo seus produtos para essas escolas, por outro lado, pouco podia fazer para que esse quadro fosse invertido.

Para a execução da agricultura familiar em Princesa Isabel todos trabalhavam em terras próprias, no entanto, das 10 pessoas que faziam parte do Programa, a metade contava com a participação do cônjuge. A presença dos/as filhos/as apareceu em segundo lugar, 3 agricultores contavam com essa participação. Esse envolvimento na produção é importante porque fortalece os laços familiares e ao mesmo tempo fornece trabalho para todos. Na ausência do trabalho da esposa e filhos/as, um dos agricultores trabalhava sozinho e contratavam o trabalho de terceiros. Apenas um contava com o trabalho em parceria com irmãos ou primos.

Essa realidade de contratação do trabalho de outras pessoas ocorre por alguns motivos que reduzem o trabalho familiar a figura do homem ou da mulher. De acordo com Schneider (1999) os agricultores às vezes, contratam a mão-de-obra de terceiros, de forma temporária ou permanente, para utilizá-la nas atividades produtivas. Isso geralmente ocorre quando os filhos ainda não estão em idade para exercer essas atividades, ou quando há a predominância de pessoas que não estão mais em idade para o trabalho no campo, ou ainda, quando a prática agrícola é intensiva. Assim, a composição das estratégias da agricultura familiar está interligada às características que fazem parte do meio, no qual os agricultores familiares estão inseridos.

Embora, houvessem poucos agricultores cadastrados no PNAE, foi perceptível que o fornecimento de alimentos para o Programa, demandava trabalho familiar e de outras pessoas. Essa foi uma característica, que embora, ínfima diante do número total de agricultores/as no município, mereceu ser citada. No caso de Água Branca, ninguém declarou contar com o auxílio de terceiros para o trabalho, o que demonstrou uma participação mais efetiva da família na produção.

Portanto, o apoio a estes agricultores como forma de estimular a produção de alimentos sustentáveis é considerado essencial, não só por sua capacidade de geração de ocupação e de renda, como também pela maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte, confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal, promovendo uma conexão entre o campo e a cidade (SARAIVA et al., 2013, p.929).

É importante o apoio à produção agrícola familiar, pois além de possibilitar a promoção do plantio de novas culturas, envolve os membros das famílias no trabalho. Ao adquirir produtos da agricultura familiar o PNAE pode contribuir, embora que pouco, como se observou em campo, com a geração de renda e impulsiona o cultivo de número maior de produtos.

Em Princesa Isabel, diferente de Água Branca que havia um acordo sobre a quantidade de produtos a serem entregues, os produtos destinados às escolas estaduais eram bastante variados. Não havia acordos entre os agricultores sobre a quantidade que cada um poderia fornecer. Quem delimitava a quantidade e variedade era a própria escola.

Quadro 10 – Produtos fornecidos pelas famílias participantes do PNAE 2012 em Princesa Isabel-PB.

VERDURAS	Jerimum (<i>Cucurbita spp</i>); Cenoura (<i>Daucus carota</i>); Alface (<i>Lactuca sativa</i>); Batata doce (<i>Ipomoea batatas</i>); Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>); Tomate (<i>Lycopersicon esculentum</i>); Couve-flor (<i>Brassica oleracea</i> variedade <i>botrytis</i>); Beterraba (<i>Beta vulgaris esculenta</i>); Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i>); Chuchu (<i>Sechium edule</i>); Repolho (<i>Brassica oleracea</i> variedade <i>capitata</i>); Batatinha (<i>Solanum Tuberosum</i>)
FRUTAS	Banana (<i>Musa paradisiaca</i>); Manga (<i>Mangifera indica</i>); Melancia (<i>Citrullus lanatus</i>); Goiaba (<i>Psidium guajava</i>); Acerola (<i>Malpighia emarginata</i>); Maracujá (<i>Passiflora edulis Sims</i>)
HORTALIÇAS	Coentro (<i>Coriandrum sativum</i>); Cebola (<i>Allium cepa</i>); Pimentinha (<i>Capsicum spp</i>); Pimentão (<i>Capsicum annuum</i>); Cebolinha (<i>Allium fistulosum</i>)
GRÃOS	Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>); Milho (<i>Zea mays</i>); Arroz (<i>Oryza sativa</i>)
CARNES	Galinha e Frango (<i>Gallus gallus domesticus</i>); Boi (<i>Bos taurus</i>)

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2013.

As comunidades onde esses produtos eram cultivados e fornecidos eram: Lages, Cedro, Lagoa de São João, Saco dos Medeiros, Caldeirão do Maia, Cabeça do Porco e Várzea. Todas se localizavam na zona rural. O pagamento dos produtos era mensal.

Além dos 10 agricultores entregarem seus produtos para as escolas estaduais, eles também, vendiam no comércio local, especificamente, na feira convencional aos sábados, e entregavam a alguns supermercados, durante a semana.

De acordo com o Quadro 10, se percebe que havia uma composição variada de produtos *in natura* que eram adquiridos pelas escolas. A representante da EMATER de Princesa Isabel ao avaliar o Programa no município destaca essa característica, e ainda comenta outros aspectos, como a possibilidade do número de participantes do Programa aumentar e da diversificação que ocorreu na produção.

Esse Programa tem condições de alcançar um número maior de agricultores, porque assim, a gente tem passado por um longo período de estiagem e a gente divulga, divulga e a quantidade de agricultores que se prontificam ainda é pouco [...] Acredito que esse Programa é um incentivo para que o agricultor produza de forma diversificada, porque embora tenhamos muitos agricultores familiares no município, poucos produzem hortaliças e frutas, ainda há uma predominância do milho e do feijão. Tendo um programa com esse, eles agora têm a quem vender e se sentem incentivados a diversificarem sua produção. No meu ponto de vista esse Programa veio só a beneficiar o agricultor, é um bom Programa (Representante da EMATER, Princesa Isabel, 20/01/2014).

A avaliação que essa representante faz, apresenta alguns elementos que foram destacados pelos agricultores princesenses. Eles também percebiam que havia a possibilidade do Programa estar sendo ampliado. O Programa diversificou a produção à medida que, segundo a fala da técnica da EMATER, antes aqueles agricultores plantavam apenas milho e feijão e depois começaram a plantar outros tipos de verduras.

Os produtos que estavam presentes na alimentação escolar após as mudanças ocorridas no PNAE em 2009, eram variados, nutritivos e faziam parte do gosto alimentar da região. Alguns alimentos como o feijão, a macaxeira, o jerimum, entre outros, eram mantidos no cardápio escolar e impulsionava a produção dos mesmos na localidade. Dessa forma, embora pouco, o Programa conseguia valorizar e garantir um mercado para os produtos da agricultura familiar no Município.

3.4 O PNAE sob a ótica dos agricultores familiares de Princesa Isabel (PB)

No município de Princesa Isabel quando se perguntou aos agricultores o que seria o PNAE, as respostas dos dez entrevistados trouxeram elementos que possibilitaram a construção da categoria, “Programa bom”. Assim como, em Água Branca, nenhum deles disse o significado da sigla, no entanto, eles tinham conhecimento sobre o que era esse Programa por meio de sua inserção no mesmo.

A partir da categoria “Programa bom” as falas foram agrupadas em dois indicadores. O primeiro, “Garantia de local de venda”, reuniu seis falas.

Olha, isso aí é um Programa muito bom. Já faz três anos que a gente está aí entregando os produtos. É um negócio de primeira qualidade isso aí. Além da gente entregar os produtos para as escolas, o pagamento, pode se dizer que é adiantado” (Cebola, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Percebe-se nesse indicador representado pela fala de Cebola, uma grande satisfação em ter um retorno financeiro garantido pelos produtos entregues nas escolas. Isso lhes motiva a estar participando desse Programa.

A segunda categoria, “Beneficia os agricultores e as escolas”, foi composta por quatro falas: “É um Programa bom. Porque de qualquer maneira beneficiou o agricultor, né? Quem trabalha com horta e granjeiro, quem fornece nessas escolas as coisas, de qualquer maneira não pode dizer que é ruim, [...] e é bom pras escolas” (Pimentão, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Quando os agricultores foram perguntados sobre a motivação da participação no Programa, as dez respostas apresentaram uma só categoria, “Preço bom e venda garantida”. Dentro dessa categoria observaram-se dois indicadores cada qual com cinco falas.

O primeiro indicador, “Aumento da renda familiar,” traduz o quanto o fator renda foi importante para motivar as pessoas à participação: “Assim, em relação a parte financeira e também aumentar as coisas também, [...] foi um local a mais para a gente entregar, foi mais uma oportunidade de vendas, mais uma porta, né?” (Cebola, Princesa Isabel, 10/04/2014).

A certeza de ter mais um espaço para estar vendendo seus produtos, e, conseqüentemente, obter uma renda a mais é o marco central presente na fala desse agricultor, assim como, nas outras pertencentes ao indicador anteriormente mencionado.

O outro indicador, “Convite e pagamento sem atrasos” com cinco falas apresentou o quanto o convite para a participação foi importante, assim como, a certeza de ter pagamentos certos. “Eu já produzia pra vender na feira livre, com o Programa, quer dizer que já aumentava minha venda. Mas foi mais por causa do convite da turma, meus cunhados, pra gente formar um grupo, e o pagamento era em dias” (Coentro, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Havia entre os agricultores de Princesa Isabel grande interesse em participar do PNAE, e o fator renda, assim como, em Água Branca, teve grande influência durante todo o processo. No entanto, após sua entrada no Programa houve alguma mudança em suas vidas ou na produção? Para esta pergunta observou-se a construção de apenas uma categoria, “Houve mudanças”, que agregou as dez falas, as quais foram organizadas em dois indicadores.

As oito falas presentes no indicador, “Melhoramento e aumento da produção e renda”, expressaram as mudanças ocorridas, como se observa na fala de Batata:

Melhorou mais, a gente aumentou mais a produção, né? Tinha que vender na feira e levar pras escolas, né? E melhorou mais a vida da gente, trouxe mais renda. A cada ano a gente aumenta mais e tem que chamar trabalhador pra ajudar a gente (Batata, Princesa Isabel, 10/04/2014).

É importante observar que Batata associa melhoria de vida ao aumento da renda. Além disso, percebe-se que houve mudança em sua rotina produtiva, a exemplo do aumento da quantidade de produtos que disponibiliza para o Programa. Neste processo, além de levar para a feira tinha que fornecer para as escolas. Outro dado foi a necessidade de se estar contratando os serviços de outros trabalhadores para ajudar no serviço.

Essas mesmas mudanças foram observadas por Macaxeira que se sentia bem em estar produzindo algo de qualidade que alimentaria a sua família e aos escolares.

Primeiro a mudança é você estar sabendo que está produzindo um produto de qualidade, que tanto está na sua mesa, quanto na mesa das escolas, então você faz uma coisa com mais prazer [...] os dois são beneficiados, o agricultor e os estudantes [...] No preço o produto chega a ser mais rentável do que no mercado [...] a quantidade dos produtos aumentou mais, chegou de 10, 12, até 20% dependendo do tempo, né? Porque nós depende do poder divino, das chuvas (Macaxeira, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Percebe-se na fala de Macaxeira que ele sente que o agricultor é valorizado por meio do Programa, e diante das mudanças quantitativas e qualitativas dos produtos, ele destacou o aumento da renda, fator decisivo para os entrevistados.

Embora, a maioria das falas sobre as mudanças ocorridas, ou não, na produção e na vida dos agricultores tenham sido representadas pelo indicador acima, ainda houve duas falas dentro do indicador, “Mudança insignificante”, que trouxe alguns elementos importantes para a análise.

A mudança também não foi muito grande não, porque a quantidade era relativa para entregar semanalmente. Mesmo que o cara produza muita coisa a gente só pode entregar dentro daquela meta do recurso que vem pra escola, e era dividido pra todos do grupo que entregavam. A coisa era pouca. Se fosse aquele mesmo valor por pessoa, aí era bom [...] Não era uma quantidade de dinheiro para melhorar de vida não (Coentro, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Os elementos nesta fala demonstram os limites de entrega dos produtos. É inegável, diante das entrevistas, que os agricultores, após inserção no Programa, tenham ampliado a sua renda e a quantidade e diversidade dos produtos oferecidos, no entanto, havia um limite estabelecido pelas escolas. Embora, o Programa estabelecesse um valor base de vinte mil Reais por DAP-Ano, os agricultores que trabalhavam com frutas e verduras dificilmente atingiam esse valor, pois a demanda e a quantidade que eles entregavam eram poucas. Aqueles que trabalhavam com a entrega de carnes tinham maior facilidade em atingir esse valor, pois o preço desse produto era maior. Logo, dependendo da demanda da escola, o valor da entrega trazia alguma renda, mas não o suficiente para se falar em mudança de vida.

Os dez agricultores de Princesa Isabel ao serem indagados sobre como avaliavam o PNAE, suas respostas foram unânimes, enquadrando-se dentro da categoria, “Programa bom”. É interessante lembrar que essa avaliação também foi marcante na fala dos/as agricultores/as de Água Branca-PB. O indicador, “Local de venda garantido, pagamentos em dias”, articulou as dez falas,

Olhe, o Programa, na verdade ele é bom, mas tem que avançar mais, principalmente no semi-árido, para que o Programa chegue para dar valor a todo tipo de produto que você tiver no terreno [...] que participem mais pessoas, que mais pessoas conheçam, porque não dá para todo mundo, mas já pensou chegar na comunidade e 10 ou 20% de pessoas fornecendo? Isso iria estimular para as pessoas voltarem para a origem dele, na zona rural, na atividade da zona rural (Macaxeira, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Macaxeira avaliou o Programa como “bom”, exatamente por causa do incentivo à produção e a garantia de venda a preços regulares. Ele faz uma análise mais geral do Programa como algo que precisa melhorar. Essa melhora seria na valorização de todos os

produtos que o agricultor familiar do semiárido produz, no aumento da participação dos agricultores, pois ele tinha conhecimento do pequeno número de pessoas que participavam do Programa. Ele vê nesse Programa uma saída para a diminuição do êxodo rural, pois o incentivo a produção geraria mais trabalho e conseqüentemente, renda para os agricultores.

Macaxeira tinha conhecimento de que não havia possibilidade da participação de todos os agricultores, no entanto, ele faz alusão à possibilidade de pelo menos um percentual de agricultores em cada comunidade participar desse Programa. Essas observações também foram feitas por Feijão, que traz outros elementos em sua fala,

Eu avalio como um Programa bom. Alguma coisa que dá de errado não é do Programa, são das pessoas que lidam com o Programa, né?[...] pra melhorar ele precisa ter mais gente para fornecer, eles aumentarem o preço e pegarem mais produtos. Além disso, seria bom que as escolas municipais também participassem, porque lá tem mais alunos (Feijão, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Feijão traz dois elementos marcantes em sua fala: o primeiro é a clareza que ele tem sobre o funcionamento do Programa, pois, de acordo com o que ele expressa, a estrutura do PNAE estaria boa, no entanto, os problemas que ocorriam provinham, principalmente, dos seus executores. Ele avalia que há poucas pessoas fornecendo os produtos tendo possibilidades dessa quantidade aumentar, assim como o valor e o montante de produtos. O segundo elemento que Feijão aborda refere-se a não participação das escolas municipais no Programa. Essas escolas concentravam um maior número de estudantes, dessa maneira, se os agricultores também fornecessem produtos para as mesmas, aumentaria a quantidade de produtos e possivelmente de fornecedores.

Ao perguntar aos agricultores sobre o que eles achavam sobre a forma de execução do PNAE, suas respostas construíram a categoria, “Desenvolvimento bom, mas precisa melhorar”, com dez falas. Para esse grupo de falas observou-se apenas um indicador, “Falta apoio da prefeitura e necessidade de aumentar a venda dos produtos”. Cebola retrata um pouco essa questão,

Olha, em relação ao desenvolvimento está bom. A questão do pagamento nunca atrasa e eles sempre pagam até adiantado. A divulgação também é boa, é feita em carro de som [...] agora eles deveriam comprar também pras escolas municipais e o município deveria dar um apoio a gente com a questão da água (Cebola, Princesa Isabel, 10/04/2014).

Observou-se a partir de Cebola, que a forma como o PNAE vem sendo executado tem agradado aos agricultores; no entanto, ainda persiste uma inquietação, a ausência das escolas municipais na aquisição dos produtos da agricultura familiar, que amplia o horizonte de análise ao demandar ações governamentais que minimizem os problemas causados pela falta de água nos momentos de estiagem. A fala de Coentro a seguir detalha um pouco mais essa dificuldade por falta de água.

Trabalhamos nessas entregas por três anos; aí os açudes secaram, não tinha como produzir por falta de água, não ofereceram condições de trabalho para a gente e tivemos que parar. [...] por outro lado tem outro ponto negativo também que é a questão do contrato que você faz no início do ano para todo o ano letivo, sem corrigir com os preços de hoje. Talvez, acontece de alguns produtos ter baixa, mas a maior parte sofre alta, aí quer dizer que você faz os preços no início do ano, assina o contrato e tá obrigado a fornecer naquele preço até o final do ano [...] eles não dão a oportunidade de no meio do ano rever esses preços, ou pra cima ou pra baixo (Coentro, Princesa Isabel, 10/04/2014).

A água utilizada por Coentro para a produção vinha de açude local, que não suportou os três anos de estiagem (2011-2013) na região. Essa falta de água teve grande rebatimento, tanto em Princesa Isabel quanto em Água Branca. Muitos agricultores reclamaram sobre a falta de assistência governamental para a produção. Esse é um fenômeno crítico, que vem gerando dificuldades para a produção agrícola. As políticas/ações e programas públicos ainda não foram capazes de responder a essa demanda dos agricultores dos municípios pesquisados.

Uma observação que Coentro faz sobre o PNAE, refere-se a sua forma de realizar o contrato com os agricultores. Esses contratos têm vigência de dez meses, logo, independente do aumento ou diminuição dos preços de alguns produtos, o valor que prevalece é aquele acordado no momento da assinatura do contrato. Considerando a volatilidade dos preços que, por escassez hídrica, tendem a aumentar no segundo semestre; de acordo com Coentro, seria indicado que os preços fossem revisados e reajustados.

A inflexibilidade para revisão dos preços dos produtos revela, a partir do ponto de vista dos agricultores cadastrados no PNAE, em Princesa Isabel, uma falha do Programa. Em alguns momentos é mais rentável a venda dos produtos na feira do que ao Programa, o que desmotiva os agricultores. Por isso, quando os agricultores desse município diziam que os preços deveriam aumentar, eles se referiam a esses períodos em que alguns produtos entregues a preços baixos, por causa do contrato assinado no início do ano letivo, adquirem no

mercado um preço maior. Assim, para eles seria interessante pelo menos no meio do ano letivo haver um reajuste nos preços, para mais ou para menos.

Logo, o PNAE como vem sendo executado em Princesa Isabel apresentou grande semelhança com Água Branca, no entanto, referente a sua execução na rede municipal de ensino, esse município ainda não conseguiu ter a mesma dimensão e interação entre os órgãos executores do PNAE como Água Branca apresentou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção deste trabalho, buscou-se analisar as transformações na produção agrícola promovidas pelo PNAE nos municípios de Água Branca-PB e Princesa Isabel-PB. Essa análise centrou-se em questões relacionadas à quantidade, qualidade e diversidade da produção agrícola familiar.

Os dados e a literatura sobre o tema permitiram observar o Programa nesses dois municípios por meio de duas formas: primeiro, de uma maneira mais ampla, a partir da qual se percebeu que a sua influência no desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios estudados, era pouco significativa diante do baixo número de agricultores/as cadastrados no Programa. No entanto, para a alimentação escolar, de acordo com o que se observou nas entrevistas com os/as participantes ligados/as à área da educação, ele conseguia atingir a todos/as os/as escolares, em quantidade, diversidade e qualidade.

A segunda forma refere-se a um olhar mais focalizado no qual se percebeu que o Programa tinha influência no dia a dia produtivo dos/as poucos/as agricultores/as familiares cadastrados/as, pois passaram a produzir mais, a plantar outros produtos que não cultivavam até a chegada do Programa e a melhorar a qualidade da lavoura.

O PNAE é um programa de grande extensão que possui uma gestão descentralizada e um atendimento universal aos escolares. Isso permite às entidades executoras desenvolver um sistema flexível de compras e vendas, nas esferas municipal e estadual, favorecendo aos/as agricultores/as familiares, aos/as estudantes e prezando pelos hábitos alimentares locais.

Durante as análises dos dados, embora, algumas mudanças tivessem ocorrido, não foi possível observar se o PNAE promovia o desenvolvimento local em Água Branca ou em Princesa Isabel. As mudanças no campo da agricultura familiar foram pouco expressivas, pois sua abrangência limitava-se aos/as 36 agricultores/as cadastrados/as no Programa em 2012, sendo que desse total, 24 foram entrevistados/as.

Observou-se na literatura consultada que o Programa abrangia algumas dimensões como a saúde através da alimentação, o comércio de produtos derivados da agricultura familiar e a promoção do trabalho familiar nas propriedades. Verificou-se por meio de observações no momento da entrega dos produtos e das declarações dos/as executores/as do Programa ligados/as à educação, que essas dimensões estavam presentes, principalmente na

melhoria da qualidade da alimentação dos/as escolares. Porém, no que se refere aos/as agricultores/as familiares que tinham nesse Programa um espaço de vendas garantido e uma renda extra que lhes ajudava nas despesas do lar, essa abrangência limitava-se à sua família.

Verificou-se que em Água Branca o sistema de aquisição e distribuição de alimentos para as escolas municipais e estaduais, apresentava uma articulação diferenciada de Princesa Isabel. Lá, tanto a Secretaria de Educação, Agricultura, EMATER, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Alimentação Escolar e Conselhos Escolares estavam integrados e interagindo em prol da execução do Programa. No caso de Princesa Isabel, além da compra dos produtos da agricultura familiar está ocorrendo apenas na rede estadual de ensino, os órgãos envolvidos eram apenas a EMATER, o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e as Escolas Estaduais.

Um dado importante que se observou no decorrer dessa pesquisa foi a participação da EMATER que, apesar do número limitado de técnicos/as, vinha atuando junto aos/as agricultores/as, prestando assistência técnica, orientação, formulando os projetos de compra e venda dos produtos, enfim, participando de todo o processo de execução do Programa.

A participação dos/as agricultores/as familiares, nas duas cidades, proporcionava uma pequena mudança na diversificação da produção. Também, se verificou que em termos quantitativos eles/as ampliaram a sua produção, além de investirem um pouco mais em equipamentos que lhes dessem suporte para dar conta da demanda.

As capacitações da EMATER nesse processo foram fundamentais, pois os/as agricultores/as aprenderam algumas técnicas alternativas de controle de pragas. Alguns puseram isso em prática, o que possibilitou a produção de um alimento mais saudável para os/as estudantes e a diminuição da agressão ao meio ambiente.

É relevante destacar as dificuldades que os/as produtores/as tiveram em 2012 para cumprirem com os contratos estabelecidos. O período de estiagem na região diminuiu os níveis de água e a produção ficou mais difícil. Por causa disso, os/as agricultores/as ficaram obrigados/as a criarem uma nova estratégia para não descumprirem com o contrato de entrega. Eles/as quando não tinham o produto compravam na feira e entregavam para as escolas. Isso ia contra os princípios do Programa, no entanto diante das dificuldades em produzir por falta de água e da falta de ações públicas que lhes permitisse produzir mesmo em períodos de estiagem, a única saída que encontraram foi a já citada.

Esse foi um dos principais motivos que podem explicar o fato de muitos/as agricultores/as terem desistido do cadastramento no Programa em 2013. Não é responsabilidade do PNAE, comprometer-se com os elementos estruturais e técnicos da produção agrícola, no entanto, as fragilidades existem e isso, dentre outros fatores como a pouca adesão e articulação dos órgãos responsáveis pela execução do PNAE, podem estar dificultando o desenvolvimento da agricultura familiar e do Programa nos municípios estudados, em especial Princesa Isabel.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Patrícia Sampaio de. FROEHLICH, Elisângela. MENEZES, Marilda. RAMOS, Nerize Laurentino. TRICHES, Rozane Márcia. **O Programa de Alimentação Escolar Nutrindo o Desenvolvimento: Ideias e Relações Inovadoras**. Artigo em Prelo. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social desenvolvimento local. **Rev. Nutri**. Campinas, v. 22, n.05, p. 595-607, Set/out. 2009.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão; WEIS, Bruno. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local**. 2003. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2013.

BELIK, Walter; SOUZA, Luciana Rosa de. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e políticas públicas**. n. 33, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/155/171>. Acesso em: 12 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE Nº 38, DE 16 de julho de 2009**. Disponível em: www.fnde.gov.br/a. Acesso em: 26 Ago. 2013.

_____. Presidência da República do Brasil. Casa Civil. **Lei 11.947 de 16 junho de 2009**. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>. Acesso em: 01 Set. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Módulo 2 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância. 2.ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf. Acesso em: 02 Ago. 2013.

_____. Presidência da República do Brasil. Casa Civil. **Lei 11.326 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 31 Ago. 2013.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Pesca – SEDAP. **Relatório Anual 2011**. João Pessoa – PB, 2011.

_____. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/unidades/i15u-descolar.php>. Acesso em: 01Set. 2013.

CARMO, René Becker Almeida. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. 1999. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/RevBaAgr/rev_112000/questaoagraria.htm. Acesso em: 03 set. 2013.

CARVALHO, Daniela Gomes de; CASTRO, Vanessa Maria de. Inclusão de Produtos da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar: Um Desafio à Agenda Pública. In: **Anais do V Encontro Nacional da ANPPAS**. 4 a 7 de outubro de 2010. Florianópolis-SC, Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-837-963-20100907052056.pdf>. Acesso em: 24 Ago. 2013.

_____. O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável. In: **Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 5 a 7 de Ago. 2009, Cuiabá-MT, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT425113020090722021654.pdf>. Acesso em: 24 Ago. 2013.

CHAVES, Lorena Gonçalves; BRITO, Rafaela Ribeiro de. **Políticas de Alimentação Escolar**. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006.

CHAVES, Lorena Gonçalves; SANTANA, Thais Cristina Mantovani; GABRIEL, Cristine Garcia; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n. 4, p.917-926, 2013.

FABRO, Alberto Ramírez Fioradel. *Adquisición de alimentos a la agricultura familiar en el programa de alimentación escolar de Brasil: factores determinantes*. Madrid, 2012.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística aplicada. Economia, Administração e Contabilidade**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar** - O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>. Acesso em: 31 Ago. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Água Branca-PB. 2010a. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250010&search=paraiba|C3%81gua>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. Princesa Isabel. 2010 b. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251230&search=paraiba|princesa-isabel>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura Familiar: Elementos Teóricos e Empíricos. **Revista Agrotrópica**. Itabuna, v.19, p.21-30, 2007.

SOBRAL, Francine. COSTA, Vera Mariza Henriques de. Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização e importância. Araraquara: **Alim. Nutr.** v.19, n.1, p. 73-81, jan./mar. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

_____. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 1999.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de agricultura familiar**: uma revisão bibliográfica. Artigo em Hypertexto, 2008. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm. Acesso em: 03 Set. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

_____. A agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p.42-61, 2003.

_____. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n. 2/3, p.37-47, 1995.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da.; SOUSA, Anete Araújo de.; CERCEQUEIRA, Gabrielle Fernandes.; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos.; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4, p.927-936, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS/AS AGRICULTORES/AS

- 1- Qual é o seu nome:
- 2- Você é mais conhecido por qual nome (nome social)?
- 3- Onde você mora?
- 4- Qual é o seu telefone?
- 5- Sexo: feminino () Masculino ()
- 6- Qual é sua idade?
- 7- Seu estado civil:
Casado/a () Solteiro/a () Divorciado/a () Viúvo/a ()
- 8- Sua escolaridade:
Analfabeto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Completo ()
Alfabetizado() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Incompleto() Ensino Superior Incompleto()
- 9- Qual é sua profissão?
Agricultor/a () Servidor/a Público/a () Comerciante () Outra () especificar
- 10- Qual é a principal fonte de renda de sua família?
Agricultura () Bolsa Família () Aposentaria () Serviço Público () Outros ()
Quais? _____
- 11- Quais são as pessoas que fazem parte da produção familiar?
Filhos/as () Esposa () Esposo() Outros () Quais:
- 12- Desde quando você participa do PNAE?
2009() 2010() 2011() 2012()
- 13- Antes do PNAE, o que você produzia?

Feijão carioca ()	Galinha de capoeira ()	Jerimum ()	Banana ()
Feijão verde ()	Ovos de galinha de capoeira ()	Cebola ()	Pinha ()
Fava ()	Abobrinha ()	Laranja ()	Cebolinha()
Macaxeira ()	Farinha ()	Acerola ()	Cenoura ()

17- De quem é a propriedade em que você trabalha?

Própria () Arrendada () Outros () especificar:

18- Você participava de alguma associação antes do PNAE?

Sim () Não (..)

19- Depois do PNAE você começou a participar de alguma associação?

Sim () Não (..)

20- Você recebeu alguma capacitação para participar antes de se cadastrar no PNAE

Sim () Não ()

21- Depois de sua entrada no PNAE, você recebeu alguma capacitação para participar desse Programa?

Sim () Não ()

22- Quem realizou essa capacitação?

EMATER () Secretaria de Educação ()

Secretaria de Agricultura () Outro órgão () Qual?

23- Você fazia o controle de pragas em sua lavoura antes de entrar no PNAE?

Sim () Não () Às vezes ()

24- Depois do PNAE você ainda faz o controle de pragas em sua lavoura?

Sim () Não () Às vezes ()

25- Quais eram os produtos que você utiliza para fazer esse controle antes do PNAE?

Agrotóxico () Defensivos alternativos ()

Listar: _____

26- Atualmente, quais são os produtos que você utiliza para fazer o controle de pragas depois do PNAE?

Agrotóxico () Defensivos alternativos ()

Listar: _____

27- Como você fazia a adubagem do seu terreno de cultivo antes do PNAE?

Estrume () Adubo Químico () Outros ()

Quais? _____

28- Como você faz a adubagem do seu terreno de cultivo após entrar no Programa?

Estrume () Adubo Químico () Outros ()

Quais? _____

29- Você realizava rotatividade de plantação antes de estar cadastrado/a no PNAE?

Sim () Não ()

30- Atualmente, após o PNAE você realiza rotatividade de plantação?

Sim () Não ()

31- Com qual frequência faz a rotatividade de plantação?

Regularmente após o término da colheita () A cada duas colheita () A cada três colheitas ()

Quando a produção diminui qualidade e quantidade() Não realiza rotatividade de plantação ()

32- De onde vinha a água utilizada para a produção antes de sua entrada no PNAE?

Poço artesiano () Poço amazonas () Açude ()

Barreiro () Outros () Quais? _____

33- Depois do PNAE, de onde vem a água utilizada para a produção?

Poço artesiano () Poço amazonas () Açude ()

Barreiro () Outros () Quais? _____

34- Você frequentemente acessava o PRONAF antes do PNAE?

Sim () Não ()

35- Depois que você se cadastrou no PNAE você acessa o PRONAF com frequência?

36- Sim () Não ()

37- Além de comercializar seus produtos por meio do PNAE, você ainda acessa outro tipo de venda? Quais?

Feira da agricultura familiar () Feira convencional () Venda a atravessador ()

Venda para o comércio local () Outros programas do governo () Quais?

38- Antes do PNAE, que fonte de energia você utilizava para produzir?

Elétrica () Motor movido a gasolina () Nenhuma () Outras () Quais?

39- Que fonte de energia utiliza para produzir depois que entrou no Programa?

Elétrica () Motor movido a gasolina () Nenhuma () Outras () Quais

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA 01 (Agricultores/as)

- 1- Na sua opinião o que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE?
- 2- O que te levou a participa do PNAE?
- 3- Após sua entrada no PNAE, você observou alguma mudança em sua vida e na produção? Que mudanças foram essas?
- 4- Como você avalia o PNAE?
- 5- O que você acha sobre a forma de execução do PNAE?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA 02 (Representantes da Secretaria de Educação, CAE, Escola Estadual e 11ª Região de Ensino)

- 1 O que é o PNAE?
- 2 Quais são as suas atribuições no Programa?
- 3 Você tem alguma dificuldade no desempenho das suas atribuições? Quais?
- 4 Como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é desenvolvido no município?
- 5 Quem define os preços, a quantidade e o tipo de produto que será entregue pelos/as agricultores/as? Como ocorre esse processo?
- 6 Como é realizada a fiscalização dos recursos e da execução desse Programa?
- 7 Quais são as pessoas envolvidas no processo de execução do Programa? Quais são suas atribuições?
- 8 Esses anos de estiagem trouxe alguma influência para a execução do Programa? Quais?
- 9 Você observou alguma mudança no município após a implantação do PNAE? Quais?
- 10 Como você avalia o PNAE no município?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA 03 (Representantes da Secretaria de Agricultura e EMATER)

- 1 O que é o PNAE?
- 2 Quais são as suas atribuições no Programa?
- 3 Você tem alguma dificuldade no desempenho das suas atribuições? Quais?
- 4 Como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é desenvolvido no município?
- 5 Os agricultores participaram de alguma capacitação para entrarem nesse Programa?
- 6 Como são essas capacitações? Quantas vezes ocorrem?
- 7 Como é a participação dos/as agricultores/as no Programa?
- 8 Todos os/as agricultores/as podem participar?Quais são os critérios para participar desse Programa?
- 9 Quem define os preços, a quantidade e o tipo de produto que será entregue pelos/as agricultores/as? Como ocorre esse processo?
- 10 Como é realizada a fiscalização dos recursos e da execução desse Programa?
- 11 Quais são as pessoas envolvidas no processo de execução do Programa? Quais são suas atribuições?
- 12 Esses anos de estiagem trouxe alguma influência para a execução do Programa? Quais?
- 13 Você observou alguma mudança no município após a implantação do PNAE? Quais?
- 14 Como você avalia o PNAE no município?

APÊNDICE E

CATEGORIZAÇÃO DAS FALAS DOS/AS AGRICULTORES/AS DE ÁGUA BRANCA (PB)

Em sua opinião, o que é o PNAE?		
Categorias	Indicadores	Fala dos/as entrevistados/as
Programa bom, mas precisa melhorar.	Fonte de renda para os agricultores (9)	<p>-É bom, o programa é bom, mais devia melhorar mas, né. (Banana, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa do governo, né. Quando ele começou era muito bom, mas só que agora ele não está mais do jeito que era. (Goiaba, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Pra mim é um bom programa. Tá bom demais. (Manga, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa que eu acho bom, né. Porque pelo menos tem uma fonte de renda pra os agricultores. É um programa bom. (Acerola, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu não entendo muito direito, mas é um programa bom. (Melancia, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Pra mim é um bom programa. (Cajá, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa muito bom, que é pra gente entregar o que a gente planta pras escolas (...). (Limão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa bom. (Pinha, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa bom. Até o ano passado foi razoável, mas esse ano está ruim (...). (Maracujá, Água Branca, 11/03/2014)</p>
	Programa que ajuda agricultores e melhora a merenda escolar (5)	<p>- (...) é uma forma de tá ajudando o agricultor e de tá contribuindo com a merenda das escolas. É um programa bom porque a gente já faz as feiras, planta pra vender na feira, então já fica aquela parte guardada pra você no fim do mês. (Caju, Água Branca, 11/03/2014)</p>

		<p>- Seria uma ajuda para os agricultores. (Laranja, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa de merenda pras escolas, né, pra os meninos. É um programa dos agricultores entregar os alimentos (...). (Mamão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu tenho pra mim que é um programa bom, pras crianças das escolas, que tem uma merenda boa, de qualidade, né (...) é bom tanto pra os alunos quanto pra gente, né, que a gente fornece (...) (Melão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa de entregar alimentos pras escolas, mas eles só querem comprar tudo barato. No começo era bom, mas agora o preço é lá embaixo (...) uma dúzia de banana é quatro Reais, e eles só querem pagar dois e cinquenta num quilo. E banana agora tá caro. (Umbu, Água Branca, 11/03/2014)</p>
--	--	---

O que te motivou a participar do PNAE?		
Categorias	Indicadores	Fala dos/as entrevistados/as
Aumento da renda familiar	Já trabalhava na agricultura e tinha necessidade (9)	<p>- Foi porque a gente já mexia com verdura, com essas coisas, né, aí era mais uma ajuda que veio a melhorar nossa renda. (Banana, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- A gente que é agricultor tem mais é que participar dessas coisas, até pra uma futura aposentadoria quando a gente buscar nos anos, a gente ter prova que era agricultor (...) a questão da renda também foi outro motivo, porque a maioria das pessoas ficam só no Bolsa Família e a gente tentando plantar alguma coisa, produzindo alguma coisa por fora é onde dá pra gente cuidar um pouco mais da casa (...) aí aquilo que você ganha serve pra você ir comprando algumas coisas (...). (Caju, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Como minha mãe já participava, eu já trabalhava na agricultura, aí eu fui</p>

		<p>interagindo e fui participando. (...) A renda era boa, mas não o suficiente, era só mais uma ajuda, não era muito. (Laranja, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É porque eu já tinha, eu plantava e vendia na feira, aí chegou a oportunidade e eu comecei a entregar. Foi uma oportunidade de ganhar mais dinheiro. (Mamão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu vi lá um homem fornecendo alimentos pra prefeitura e eu perguntei o que era, aí ele falou que era batata doce, melancia e abóbora, aí eu falei que meu pai tinha uma plantio bem grande de banana, aí eu disse assim, que ia entrar no projeto pra fornecer também banana pra prefeitura (...) e também era uma renda a mais, além do Bolsa Família, porque tudo que ganhar já serve, né. (Melão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Foi a precisão, né, da gente, porque a gente só com o Bolsa Família a gente não vive. Não dá pra remédio, pra feira, pra transporte (...) no caso, a gente tem que participar pra aumentar a renda. Esse foi o principal motivo. (Umbu, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Porque a gente já vem trabalhando, né. Aí beneficia a mim e as crianças das escolas. A renda foi um dos principais motivos pra minha entrada, porque a gente não temos condições, né. Trabalhar pra ter uma renda pra ver se pode fazer uma coisa melhor em casa, né, pelo menos comer melhor. (Limão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Porque eu já trabalhava, plantava, ia entrar minha renda, aí fui e entrei. (Pinha, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É porque eu sempre gostei de produzir as coisas (...) e porque entrava mais um trocadinho (...). (Maracujá, Água Branca, 11/03/2014)</p>
	Foi convidado/a (4)	- Eu fui convidada pelos que trabalha na EMATER. No começo era bom porque a renda era melhor, a gente entregava mais coisa. Quando foi começado foi pouca

		<p>gente que quis, a maioria não quiseram porque diziam que iria cortar o Bolsa Família (...) aí depois que a gente começou, que eles viram a gente entregando as coisas e tava melhorando, aí todo mundo quis vir. Agora além de ser menos, você entregar bem pouquinho coisa, o preço é lá embaixo. (Goiaba, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Entrei porque fui convidada e disseram que era bom pra o agricultor e a gente que mora no sítio precisa, né, e a gente tem que entrar em todas as coisas do governo que tiver, né, e ia entrar mais dinheiro aqui pra casa. (Manga, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Participei porque fui convidado e também eu ia vender, né. No caso eu já vendia pra prefeitura. Eu produzia muito. (Acerola, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu entrei porque aqui eu não tinha ganho. As meninas amigas minhas estavam trabalhando nisso e me convidaram, aí eu fui e entrei, pra ajudar, né, em algumas coisa aqui. A gente as vezes ia vender as coisas e não tinha a quem vender aí já ajudou um pouco, porque tinha a quem entregar as coisas. (Melancia, Água Branca, 11/03/2014)</p>
Sem motivos	Renda baixa (1)	- No começo era bom, mas agora não. Nada me motivou porque a renda que entra é tão pouca que tanto faz. É só um auxílio. (Cajá, Água Branca, 11/03/2014)

Após sua entrada no PNAE, você observou alguma mudança em sua vida e na produção? Que mudanças foram essas?		
Categorias	Indicadores	Fala dos/as entrevistados/as
Ocorreram mudanças (14)	Os benefícios promovidos pelo Programa foram interrompidos por causa da estiagem (7)	<p>- Minha vida melhorou um pouco, porque chega aquele dia da gente ter aquele dinheirinho, que já ajuda mais, né. Agora, no lado da produção, a gente tava sem água e tinha que entregar muita coisa de compra, porque ninguém tinha água pra tá produzindo. (Banana, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Quando a gente começou era um ano muito bom de inverno tinha muita água, a gente plantava de tudo, aí devido a três anos de seca (...) aí a gente entrega tendo que comprar um pouquinho, só que não</p>

		<p>compensa. Quando eu iniciei passei a plantar mais coisa, mas aí com a seca (...) Quando não tinha, a gente comprava na feira e fornecia pras escolas. (Goiaba, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Ajudou mais porque a gente não ganha salário aí eu passei a ter dinheiro. Melhorou bastante (...). Na produção não foi possível aumentar mais porque faltou água. Os produtos a gente sempre tem ou compra um pouco pra interar, mas não pode aumentar por falta de água (...). (Manga, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- A minha renda aumentou mais, tive que produzir mais coisas porque as que eu tinha não estava dando conta, mas tive que parar porque agora mesmo já vai fazer três anos sem chuva aí isso atrapalhou porque sem água ninguém faz nada, né. (...) Na semana que tinha a gente levava e quando não tinha a gente comprava a algum produtor que tinha daquele pessoal que vendia junto com a gente mesmo ou a algum agricultor que trabalha, mas que não entrega. (Melancia, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu achei melhor, mas na produção não porque a água diminuiu, né, mas sobre a renda aumentou muito, porque a gente ganhando 100,00 ou 120,00 por mês, já ajuda, né. (...). Meu pai só produzia banana, aí as águas foram acabando, aí tá no que tá mesmo, tinha alguns pés de coco, alguns pés de mamão, que até a banana já morreu, aí agora tá pra plantar de novo (...) as vez a gente comprava pra entregar. (Melão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Notei. A mudança é sempre o dinheiro que entra. É mais uma ajuda. Agora a dificuldade foi a falta de água, por isso dificultou o aumento da produção e tive que comprar pra completar na entrega (...). (Cajá, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Aumentou mais a renda porque antes eu só tinha o Bolsa Família (...) Na seca tive que comprar na feira pra levar pras escolas (...). (Pinha, Água Branca, 11/03/2014)</p>
--	--	---

	<p>Aumento da renda, diversificação da produção, melhoramentos nos equipamentos de produção e na propriedade (7)</p>	<p>- Sim, muitas. Por exemplo, antes eu fazia tudo na mão, aguava na mão e era o maior sofrimento. Eu fiquei inspirada para comprar um terreno para mim, que antes eu trabalhava em terra alugada, comprei motor (...) aumentou um pouco minha renda e eu juntei com outros ganhos que possibilitou essas mudanças (...). Diversifiquei a produção porque eu acabei plantando coisa que antes eu não plantava e quando passou a aguação da mão pra o motor, aí aumentou a produção. (Caju, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É, muda porque quanto mais a gente vender, mais entra renda pra família. A quantidade aumentou porque antes eu comprava ou produzia só pra o comércio tive que aumentar mais por causa das escolas. (Acerola, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Melhorou bastante, a renda e tudo. A gente também passou a plantar outras coisas tipo cenoura, cebola, coentro (...). (Laranja, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Mudou na produção, porque a gente plantava mais porque a gente entregava, né, e ainda vendia na feira. (...) A gente continuou produzindo os mesmos, mas aumentamos a quantidade. (Mamão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- A vida melhorou um pouco. Eu tinha mais dinheiro (...) Não foi preciso aumentar a produção porque as coisas que a gente entrega é pouquinho, e que a gente produzia era suficiente. É porque a gente precisa mesmo, porque é pouquinho mesmo (...) é porque assim, nós tira só o Bolsa Família, aí tudo que vier já é uma ajuda, né. (Umbu, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu notei sim, a gente ficou capacitado pra produzir mais e a gente recebia mais um pouco de dinheiro (...) a gente começou também a plantar coisas que a gente nunca tinha plantado (...) (Limão, Água Branca, 11/03/2014)</p>
--	--	---

		<p>- Minha vida melhorou mais um pouco porque se eu gastava tanto com a feira pra família, com esse dinheiro que eu ganhava do programa, já servia pra ajudar. Era uma intera boa (...) antes eu só produzia milho e feijão, e jerimum quando eu produzia era tanto que eu jogava pra os porcos, mas hoje, eu passo tudo pra frente, tenho a quem vender uma parte que é pra o programa e a outra pra feira (...). (Maracujá, Água Branca, 11/03/2014)</p>
--	--	--

Como você avalia o PNAE?		
Categorias	Indicadores	Fala dos/as agricultores/as
Programa bom, mas precisa melhorar (14)	Necessita dar suporte para o agricultor durante a estiagem (4)	<p>- O programa é bom. O negócio é porque eu acho que devia ter mais (...) uma ajuda deles nesses momentos de seca, porque tem vez que a gente não tem como produzir por falta de água, e quando a gente vai entregar é coisa pouca e o preço lá em baixo. (Banana, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É bom mas, acho que o governo devia olhar mais um pouquinho aqui pra gente, na forma da água porque sem água ninguém produz (...). (Caju, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um bom programa porque a gente tem certinho todos os meses aquele dinheirinho. Agora só falta ter água pra gente produzir. O governo devia ver essas coisas de falta de água (...). (Manga, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu mesmo achei bom. É bom, só tá faltando mais chuva, né, mas quem sabe se não vai melhorar. Porque o que está faltando é a água, né. Ela é nossa maior dificuldade. Tendo a água a gente planta bastante coisa. (Melancia, Água Branca, 11/03/2014)</p>
	Incentiva os agricultores a plantarem mais, melhorarem a produção e os pagamentos não atrasam (5)	<p>- Ele é um bom programa, só precisa melhorar um pouco. Mas é bom, incentiva o agricultor a plantar mais. Por exemplo, desde o final do ano passado eu venho entregando galinha pras escolas, esse programa faz a pessoa trabalhar mais, né. Eu entrego prontinha (...) não tenho uma mini fábrica, eu faço normalmente como se fosse para casa. (Goiaba, Água Branca,</p>

	<p>11/03/2014)</p> <p>- Esse programa aqui tá desenrolando muito, tá sendo dado continuidade, os pagamentos não atrasam. Às vezes pode atrasar um pouco (...), mas sempre eles botam em dias (...) é um incentivo pra gente produzir (Acerola, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um bom programa. Para os agricultores eu acredito que seja. Se for feito corretamente, com certeza é um bom programa, incentiva a gente bastante. (Laranja, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa bom. Eu não tenho do que me queixar de nada não, até hoje, tá bom demais. Os pagamentos são em dias, as vezes acontece de passar oito ou dez dias, mas por conta também que isso não depende deles alí, né, depende da entrada de dinheiro na prefeitura, das notas fiscais (...). (Melão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um programa bom porque antes eu só vendia na feira e aquele pouco que a gente deixava, já entregava pras escolas e aumentava um pouco a renda (...) dá motivo pra gente plantar outras coisas. (Pinha, Água Branca, 11/03/2014)</p>
<p>A quantidade de produtos é pouca e os preços são baixos (5)</p>	<p>- O programa no começo foi bom, mas era bom que melhorasse, porque agora é bem pouquinho coisa pra gente entregar, né. Antes eram mais produtos. (Mamão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um bom programa, mas tem que melhorar nos preços e na quantidade, porque pra gente sair daqui pra entregar dois, três quilos não dá não (...). (Cajá, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Ele precisa melhorar mais um pouco, no lado da quantidade e do preço das coisas, né. Os produtos que a gente entrega é pouco, não dá pra mudar nossa vida, na verdade é mais uma enterinha, é mais uma ajuda, mas não é suficiente não. (...) No tempo da seca a gente comprava os alimentos na feira e entregava pras escolas,</p>

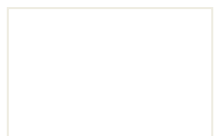
		<p>as vezes nem compensava. (Umbu, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É um bom programa, mas pra ele ficar melhor, precisava deixar o preço das mercadorias num preço melhor, porque eu estou achando os preços deles muito baixo à vista do que a gente revende nas feira (...). (Limão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Ele é bom, mas precisava melhorar mais, né, tanto no preço como na quantidade. É muito pouca a quantidade de coisa que a gente entrega. (Maracujá, Água Branca, 11/03/2014)</p>
--	--	--

O que você acha sobre a forma de execução do PNAE no município?		
Categorias	Indicadores	Fala dos/as entrevistados/as
Não está bom (7)	Realizam a pesquisa de preços com feirantes de fora do município que não são agricultores familiares (1)	- Eu sei como eles dizem, que é pra entregar o que a gente planta (...) mas eles deviam dar mais valor ao que a gente planta, porque o programa é pra plantar e ter aquele produto, mas porque a gente planta é obrigado a gente passar pra eles de graça? É não. Esse ano quem determinou os preços foi o pessoal da secretaria com o conselho, eu digo, o conselho é agricultor ou planta? O conselho anda na feira? Porque eu acho que eles deviam ter uma opinião da gente também, nera. (...) No ano que disse assim, todo mundo comece a plantar, eu já estava com um partido de banana e tava todo começando a botar, aí foi quando bateu a seca e morreu tudo. (...) então eu acho que eles devia determinar esses preços junto com a gente, né. Não fazer lá por trás e já vir logo com o preço. Desse jeito eu não acho o desenvolvimento bom. Eles fazem as pesquisas dos preços com gente que vem lá de fora, que tem banca grande, que vão pegar os produtos lá na CEASA em Campina Grande, Patos, Petrolândia, nesses cantos baratos que tem muito produto, ne. Eles não fazem essas pesquisas com a gente. (Banana, Água Branca, 11/03/2014)
	A quantidade de entrega dos produtos é pouca e o preço é baixo (6)	- O programa é bom, mas essa forma de desenvolver não está sendo bom não (...) Primeiro no preço, porque abaixou muito e, o ano passado tinha gente que só entregava

	<p>dois quilos de mamão, isso compensa? Pagar transporte (...) sair pra entregar um quilo de coentro, dois quilos de mamão ou três (...) banana, eles só querem prata ou maçã e é dois e cinquenta o quilo, e na feira é cinco reais uma dúzia de banana maçã. Eles não querem mais a banana casca verde. Como é que isso melhora? (...) Esse ano pra determinar os preços eles se reuniram com o conselho que tem os presidentes das associações dos sítios e o secretário de agricultura (...) só que não convidaram nenhum dos agricultores pra saber se a gente apoiava esses preços. Não disseram o porquê de abaixar os preços (...) O certo era perguntar aos agricultores se eles concordam ou não com os preços (...) e eles disseram que a gente não era obrigado a entregar, o preço era aquele, a gente entregava se quisesse. Tanto fazia, o preço era aquele. (Goiaba, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- O município nunca cumpre os dez meses, porque é dez mês. A gente faz um contrato na EMATER de dez mês, mas a gente nunca cumpre no município. Já no estado a gente cumpre. Se não der pra entregar durante o ano, eles pagam adiantado e nós termina de entregar no outro ano. Se o município fizesse a mesma coisa, dava certo (...) a quantidade de produto é pouco e o preço ainda é baixo (...). (Caju, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- (...) eles se organizam direitinho, mas só o que tá ruim é o negócio dos preços, né. Eles deviam aumentar mais esses preços e comprar mais coisa, porque a gente já planta pouco, por causa da falta de água, e nem essa quantidade eles compram (...). (Manga, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Olhe, teve muita gente que saiu do programa porque acharam os preços muito baratos (...) tem gente que vem de longe, pagando transporte, aí as vezes precisa comprar fora aí pra entregar bem pouquinho não compensa. (...) Pra melhorar tinha que aumentar mais o preço (...) cada um entrega sua mercadoria. (Acerola, Água Branca, 11/03/2014)</p>
--	--

		<p>- De bom tá, mas se melhorasse (...) explicassem mais sobre o programa e os produtos que a gente entrega(...) precisa aumentar mais os preços. (Laranja, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- A forma deles divulgarem tá bom, mas o jeito da gente entregar é difícil. Entrega pouco, o preço é baixo e a gente tem que pagar a passagem cara pra levar os produtos. (Cajá, Água Branca, 11/03/2014)</p>
	<p>A forma de fazerem as reuniões e os pagamentos está bom (7)</p>	<p>- O jeito deles fazerem as reuniões e de fazerem os pagamentos, pra mim eu nunca achei ruim não. Muita gente já disse coisa e reclamou, mas eu mesmo não. (...) A gente só pode reclamar de alguma coisa quando a gente tá vendo. (Melancia, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Era bom. Não tenho o que dizer não. Eles informavam tudo direitinho e pagavam em dias. Só mudou agora, né. (Mamão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Acho que é bom. Os pagamentos, o horário e os dias da gente entregar, e agora melhor ainda, porque mudou para as segundas, e se a gente não tiver a gente já compra no sábado para entregar na segunda. Se chegar aquele dia da entrega e a gente não tiver o produto, a gente compra e entrega lá pra não faltar. Compra no mercado público. (Melão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- A forma de desenvolvimento é bom. Eles divulgam direitinho no tempo da chamada pública, recebem os alimentos e entregam pras escolas direitinho, não atrasam o pagamento. É bom. (Umbu, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- Eu acho que ele desenvolve bem, porque todo mundo trabalha nesse programa (...) as reuniões, a divulgação, tudo é bom. Só tá ruim o preço. (Limão, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- O jeito deles fazerem as reuniões e de divulgarem pra gente participar tá bom, mas</p>

		<p>eles deviam aumentar mais o preço e a quantidade que tá pouco. (Pinha, Água Branca, 11/03/2014)</p> <p>- É mais ou menos, o problema é que a gente perde muitas viagens indo lá pra resolver as coisa quando chega a época de fazer o cadastro pras entregas. Os preços antes tavam bom mas agora estão ruim. Eles dizem que não podem pagar mais do que tá valendo na feira, mas aí as pesquisas são feitas com gente que traz as coisas de fora aí eles botam o preço baixo e a gente entrega pouco não tem condição de competir. Eles deviam ver essas coisas (...). (Maracujá, Água Branca, 11/03/2014)</p>
--	--	--



APÊNDICE F

CATEGORIZAÇÃO DA FALA DOS AGRICULTORES DE PRINCESA ISABEL-PB

O que te motivou a participar do PNAE?		
Categorias	Indicadores	Fala dos agricultores
Preço bom e venda garantida (10)	Aumento da renda familiar (5)	<p>- Primeiramente você ter um preço justo, principalmente no produto que você tem. Além de ser saudável os alimentos, o preço (...) o agricultor e o produto é valorizado, às vezes, mais até do que no mercado (...). (Macaxeira, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Assim, em relação a parte financeira e também aumentar as coisas também, né (...) foi um local a mais para a gente entregar, foi mais uma oportunidade de vendas, mais uma porta, né. (Cebola, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- O que motivou é porque veio pra o agricultor, o pequeno agricultor, não é pra o grande empresário, porque esse aí é um programa do governo (...) aumentou um pouco a renda (Pimentão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- O que motivou a gente foi que teve a reunião (...) e eu já vendo na feira, tenho uma banquinha na feira livre, né, e foi muito bom ter outro lugar pra vender os produtos e ter a renda, foi bom. (Batata, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- O que motivou foi porque a gente produzia muita coisa aqui e não tinha a quem vender. E quando a gente viu esse programa, tudo o que a gente produzia aqui, achava quem comprasse, né (...) aumentou a renda. (Cenoura, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p>
	Convite e pagamento sem	- Porque nós produzia e fomos

	atrasos (5)	<p>convidados a participar do programa e também porque a gente ia ter uma renda a mais. (Alface, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Eu já produzia pra vender na feira livre, né. Com o programa, quer dizer que já aumentava a minha venda, né, mas foi mais por causa do convite da turma, meus cunhados, pra gente formar um grupo, né, e os pagamentos eram em dias. (Coentro, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Fomos convidados pra assistir a reunião (...) eles gostaram dos produtos e a gente tinha para quem vender os nossos produtos, além de receber em dias e aumentar a renda. (Tomate, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Vender direto, eu acho bom. Foi bom para mim e o pagamento deles é direito, é em dias, eu achei legal (...). Antes eu tinha o produto e tinha que sair procurando a quem vender, agora eu tenho a quem vender e isso me trouxe um dinheiro a mais. (Feijão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Rapaz (...) porque tinha lá o papel apregado pra gente participar e aí eu fui. Deu certo (...) o pagamento é certo. Eu gostei muito do negócio e estou até hoje. (Alho, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p>
--	-------------	---

Após sua entrada no PNAE, você observou alguma mudança em sua vida e na produção? Que mudanças foram essas?		
Categorias	Indicadores	Fala dos agricultores
Houve mudanças (10)	Melhoramento e aumento da produção e renda (8)	- Primeiro a mudança é você estar sabendo que está produzindo um produto de qualidade, que tanto

		<p>está na sua mesa, quanto na mesa das escolas, então você faz uma coisa com mais prazer (...) os dois são beneficiados, o agricultor e os estudantes (...) No preço o produto chega a ser mais rentável do que no mercado (...) a quantidade de produtos aumentou mais, chegou de 10, 12, até 20% dependendo do tempo, né, porque nós depende do poder divino, das chuvas. (Macaxeira, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- A produção está sempre aumentando. No primeiro ano foi uma pequena fatia, mas aí no segundo ano já foi aumentando, e aí está sempre aumentando (...). (Cebola, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Melhorou bastante a produção, na renda. Nós tava investindo bastante nas coisas, mas depois veio a seca e atrapalhou, aí desanimou nós. (Alface, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Mudou. Mudou assim, uma renda a mais, aumentou mais a área de hortaliças, porque era pequena, mode essas entrega a gente teve que aumentar porque agora era para escola e pra feira. Era eu, meu irmão e meu cunhado, era tudo um grupo e a gente trabalhava tudo em grupo. (Tomate, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Pra mim foi uma melhoria, porque de qualquer maneira, melhorou. Entrou mais recurso, né. Porque era um recurso que a gente não esperava e ele entrou, né. E passei a produzir um pouco mais do que antes. (Pimentão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Melhorou mais, a gente aumentou mais a produção, né.</p>
--	--	---

		<p>Tinha que vender na feira e levar pras escolas, né. E melhorou mais a vinda da gente, trouxe mais renda. A cada ano a gente aumenta mais e tem que chamar trabalhador pra ajudar a gente. (Batata, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Houve mudança sim, ficou melhor, porque a nossa região é período com chuva e outro seco, aí produzir já sabendo que tem uma venda certa, é bom porque a gente não perde o trabalho. (Feijão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Rapaz, mudou em duas coisas porque na produção quando era só na feira, não tinha como produzir muito porque não tinha a quem vender, e aí tudo o que nós produzia depois do programa tinha a quem vender, né. A renda aumentou porque todo final de mês você tinha a sua renda garantida, como um salário fixo, nunca atrasava, era certo, era mais fácil adiantar um dia do que atrasar. (Cenoura, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p>
	Mudança insignificante (2)	<p>- A mudança também não foi muito grande não, porque a quantidade era relativa para entregar semanalmente. Mesmo que o cara produza muita coisa a gente só pode entregar dentro daquela meta do recurso que vem pra escola, e era dividido pra todos do grupo que entregavam. A coisa era pouca. Se fosse aquele mesmo valor por pessoa, aí era bom (...) Não era uma quantidade de dinheiro para melhorar de vida não. (Coentro, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Não, sempre continuou a mesma coisa, né. Não aumentou muito não, mas eu estou vendendo mais e estou me dando bem. Eu não</p>

	tenho a reclamar (...). (Alho, Princesa Isabel, 10/04/2014)
--	---

Como você avalia o PNAE?		
Categorias	Indicadores	Fala dos entrevistados
Programa bom (10)	Local de venda garantido, pagamentos em dias (10)	<p>- Olhe, o programa, na verdade ele é bom, mas tem que avançar mais, principalmente no semi-árido, para que o programa chegue para dar valor a todo tipo de produto que você tiver no terreno (...) que participem mais pessoas, que mais pessoas conheçam, porque não dá para todo mundo, mas já pensou chegar na comunidade e 10 ou 20% de pessoas fornecendo? Isso iria estimular para as pessoas voltarem para a origem dele, na zona rural, na atividade da zona rural (...). (Macaxeira, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- É tido como um programa muito bom. Excelente. (Cebola, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Esse aí tem futuro, é um bom programa pra quem continuar nele. (Alface, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- É um bom programa. Um bom programa. (Tomate, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Que ele é bom (...) O nosso preço é melhor do que se ele fosse comprar nos mercados. De qualquer maneira a gente tá beneficiado pelo governo e ele tá beneficiado por a gente, né. O estado paga a gente direitinho e o município tem hora que enrola, e a gente fica até sem vontade de procurar, porque não adianta a gente vender uma coisa por trinta dias e passar três mês, seis mês pra receber, então a gente não tem interesse de procurar. (Pimentão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- As qualidades boas do programa é que tá ajudando a família da gente, né. A gente tá produzindo os produtos, tá achando a quem vender, aí claro que melhora a vida da gente, só tem melhora. (Batata, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Eu avalio como um programa bom. Alguma</p>

	<p>coisa que dá de errado não é do programa, são das pessoas que lidam com o programa, né (...) pra melhorar ele precisa ter mais gente para fornecer, eles aumentarem o preço e pegarem mais produtos. Além disso, seria bom que as escolas municipais também participassem, porque lá tem mais alunos (...). (Feijão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- É um programa bom. Bom para quem vende e bom para quem tá recebendo, porque a venda é a vista, a venda nunca deu nenhum problema (...) do estado não tem problema de pagamento (...), a gente faz a reunião mostra os preços e não tem problema. (Alho, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Esse programa é bom, mas só uma coisa que podia modificar, era só se a prefeitura entrasse pelo meio pra comprar as coisas, porque a prefeitura falava e falava que ia comprar as coisas, e nunca comprou não. Agora por parte do programa para as escolas do estado, foi muito bom. (Cenoura, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- (...) É positivo pra os alunos que tem alimentos fresquinhos. Só seria bom pra o agricultor se eles fizessem um preço sem corrigir pelo preço lá da CONAB, mas baseado com os preços daqui com a possibilidade de corrigir num período de seis meses, rever aquele contrato (...) o ponto positivo que tem pra o agricultor é o pagamento que acontece todos em dias, não tem história da gente fornecer e ficar tempos e tempos sem receber que nem acontece com a prefeitura (...). (Coentro, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p>
--	---

O que você acha sobre a forma de execução do PNAE no município?

Categorias	Indicadores	Fala dos entrevistados
Desenvolvimento bom, mas precisa melhorar (10)	Falta apoio da prefeitura e necessidade de aumentar a venda dos produtos (9)	- Eu acho que ele desenvolveu bom, e seria melhor se o município comprasse, porque hoje a gente só vende para o estado (...) eu acho que o município tem mais aluno do que o estado (...). (Macaxeira, Princesa Isabel, 10/04/2014)

	<p>- Olha, em relação ao desenvolvimento está bom, a questão do pagamento nunca atrasa e eles sempre pagam até adiantado. A divulgação também é boa, é feita em carro de som (...) agora eles deveriam comprar também pras escolas municipais e o município deveria dar uma apoio a gente com a questão da água (...). (Cebola, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- É bom, mas teria que melhorar mais porque não há incentivos da prefeitura que faz as reuniões e não ajuda os produtores. (Alface, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- É porque assim, eu acredito que eles deveriam pegar mais coisas porque a área das escolas é grande, é tanto aluno! Principalmente nas escolas do município, mas elas não pegam. E eu achava que eles pegavam um total mínimo (...) mas aí eles falavam que era por causa das verbas que vinham, que só era aquele valor mesmo e não podia aumentar (...). (Tomate, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Tá bom do jeito que tá, mas poderia comprar mais para as escolas do município também. Porque a gente só entrega para o estado. (Pimentão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- O desenvolvimento do programa é bom. Se tivesse mais desse aí era que era bom. Eles deveriam comprar mais produtos, né, e aumentar mais a variedade de produtos (...). A prefeitura devia comprar também. (Batata, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Olha a divulgação ainda está fraca porque tem um pequeno grupo que entrega calado. Eu se</p>
--	--

		<p>quis, fui me informar lá com o pessoal da EMATER (...) as escolas municipais infelizmente ainda não pegam esses alimentos da gente, se pegassem certamente o número de pessoas participando iria aumentar (...). (Feijão, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Para mim está normal do jeito que estão fazendo. Cada um tem o tanto de vender, mas se aumentasse, pra gente era melhor (...). (Alho, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Eu achei que ele era bem desenvolvido porque tanto era colocado cartaz quanto era colocado aviso nas rádios e nos carros de som avisando qual era o dia da participação nas reuniões (...) só não participava quem não queria (...). Só falta as escolas do município comprarem também. (Cenoura, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p> <p>- Trabalhamos nessas entregas por três anos, aí os açudes secaram, não tinha como produzir por falta de água, não ofereceram condições de trabalho para a gente e tivemos que parar (...) por outro lado tem outro ponto negativo também que é a questão do contrato que você faz no início do ano para todo o ano letivo, sem corrigir com os preços de hoje. Talvez, acontece de alguns produtos ter baixa, mas a maior parte sofre alta, aí quer dizer que você faz os preços no início do ano, assina o contrato e tá obrigado a fornecer naquele preço até o final do ano (...) eles não dão a oportunidade de no meio do ano rever esses preços, ou pra cima ou pra baixo (...). (Coentro, Princesa Isabel, 10/04/2014)</p>
--	--	--